

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO

FLÁVIA SIMÕES DOS SANTOS

**MULHERES POLÍTICAS NO DISCURSO JORNALÍSTICO:
UMA ANÁLISE DOS SENTIDOS SOBRE AS MINISTRAS
DO GOVERNO LULA NO ESTADÃO**

PORTO ALEGRE

2023

FLÁVIA SIMÕES DOS SANTOS

**MULHERES POLÍTICAS NO DISCURSO JORNALÍSTICO:
UMA ANÁLISE DOS SENTIDOS SOBRE AS MINISTRAS
DO GOVERNO LULA NO ESTADÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de
Biblioteconomia e Comunicação da
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul como requisito parcial à obtenção do
grau de Bacharel em Jornalismo.

Orientador(a): Prof.(a) Dr.(a) Gisele
Dotto Reginato

PORTO ALEGRE
2023

CIP - Catalogação na Publicação

dos Santos, Flávia Simões

Mulheres políticas no discurso jornalístico: uma análise dos sentidos sobre as ministras do governo Lula no Estadão / Flávia Simões dos Santos. -- 2023. 77 f.

Orientadora: Gisele Dotto Reginato.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Jornalismo, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Jornalismo político. 2. Mulheres na política. 3. Análise de Discurso. 4. Gênero. 5. Estadão. I. Reginato, Gisele Dotto, orient. II. Título.

FLÁVIA SIMÕES DOS SANTOS

**MULHERES POLÍTICAS NO DISCURSO JORNALÍSTICO:
UMA ANÁLISE DOS SENTIDOS SOBRE AS MINISTRAS
DO GOVERNO LULA NO ESTADÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de
Biblioteconomia e Comunicação da
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul como requisito parcial à obtenção do
grau de Bacharel em Jornalismo.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof^a . Dr^a. Gisele Dotto Reginato – UFRGS Orientadora

Prof^a . Dr. Prof. Dr. Basilio Alberto Sartor – UFRGS Examinador

Prof^a . Dr^a. Thais Helena Furtado – UFRGS Examinadora

AGRADECIMENTOS

Eu não poderia começar esses agradecimentos citando outras pessoas senão os meus pais, Karin e Flávio. Obrigada por todo amor que vocês me deram durante todos esses anos. Por todo investimento na minha educação, por nunca deixarem de acreditar que eu seria capaz de alcançar os meus objetivos, da entrada até a saída da universidade. Mãe, agradeço por ter me criado uma incansável questionadora. Fico feliz de perceber que tenho em mim tantos traços seus. Pai, agradeço por todo carinho com que você criou a mim e minhas irmãs e por todo companheirismo ao longo dos anos. Ser filha de vocês é um privilégio.

Agradeço às minhas irmãs Giovanna e Maria Luiza, e à minha sobrinha, Bárbara, por me ensinarem o significado de cuidar. Vocês não tornaram a escrita desse trabalho mais fácil, mas com certeza deixaram ela mais divertida. Eu posso não falar com frequência, mas amo muito vocês. À minha vó, Geni, que para mim é sinônimo de carinho.

As minhas amigas Bruna, Nathália e Yanka, por serem o exemplo mais próximo de alma gêmea que eu acredito. Esse trabalho é uma versão das muitas Flávias que eu já fui, e todas elas eu fui melhor porque tive vocês ao meu lado. Eu sempre estarei aqui. A Victória, minha primeira amizade dentro da Fabico e ao melhor trio de fofoqueiras que eu, ela e Nicole formamos. A todas outras amizades que eu conquistei durante o caminho, que, embora não aqui citadas, sempre terão em mim um colo e uma piadinha boba. Amo vocês.

Àquela que me mostrou como o amor pode ser leve e tranquilo.

As mulheres da editoria de Política do Correio do Povo que eu tanto admiro, em especial minhas editoras Mauren e Dulci. Mauren, obrigada pela confiança, pelos ensinamentos e por todas as cervejas ao longo desses quase três anos. Esse trabalho é fruto de uma das minhas muitas ideias malucas que você sempre acreditou e das muitas conversas que tivemos na sacada e na mesa do bar.

A minha orientadora, Gisele, que aceitou embarcar nessa jornada comigo. Não consigo imaginar outra pessoa que eu gostaria de ter me acompanhando nesse trajeto senão você. Obrigada pelo carinho e por ter colaborado para que o gosto pela pesquisa crescesse em mim. Você é um exemplo, sorte dos alunos que vão ter o privilégio de aprender com você, assim como eu sigo aprendendo.

A Ufrgs, que tanto me ensinou. Me formar em uma universidade pública e de qualidade sempre será um dos meus maiores orgulhos. Agradeço ao jornalismo, essa profissão tão difícil quanto fascinante, e a todas as pessoas queridas que ele me trouxe. Com uma ressalva especial ao Tiago que, assim como a Mauren, encarou o desafio de ajudar uma estudante assustada que só queria escrever um pouco mais.

Por fim, às muitas mulheres que eu admiro e que seguem lutando para que tenhamos o nosso espaço.

O que me ajuda? O que me ajuda é estarmos acostumadas a viver juntas. Em comunidade. Somos gente da comunhão. Tudo entre nós acontece na presença dos outros – tanto as alegrias quanto as lágrimas. Somos capazes de sofrer e contar o sofrimento. O sofrimento justifica nossa vida dura e sem graça. Para nós, a dor é uma arte. É preciso reconhecer que as mulheres se lançam nesse caminho com coragem.

A guerra não tem rosto de mulher
Svetlana Aleksíévitch

RESUMO

Esta pesquisa analisa qual o discurso do jornal O Estado de S. Paulo sobre três ministras do terceiro mandato do governo Lula: Daniela Carneiro, Marina Silva e Simone Tebet. Para isso, mapeamos os sentidos construídos sobre as ministras e debatemos esses sentidos sobre as mulheres políticas, identificando as formações ideológicas a que pertencem. O corpus é formado por 56 matérias do jornal, publicadas de 1 a 31 de janeiro de 2023. A metodologia utilizada foi a Análise de Discurso (AD) de linha francesa. Os resultados da pesquisa elencaram duas formações discursivas nos textos, a **FD1: *as ministras como agentes políticos*** e a **FD2: *políticas, mas não tanto quanto eles***. A análise nos mostra que o Estadão trata as ministras enquanto agentes políticos que atuam dentro do campo, mas falha ao colocá-las em segundo plano, não concedendo a elas o mesmo espaço que dá aos ministros homens.

Palavras-chave: jornalismo político; gênero; mulheres na política; discurso; ministras; Estadão.

ABSTRACT

This research analyzes the discourse of the newspaper O Estado de S. Paulo about three ministers of the third term of the Lula government: Daniela Carneiro, Marina Silva and Simone Tebet. For this, we mapped the meanings constructed about female ministers and discussed these meanings about women politicians, identifying the ideological formations to which they belong. The corpus consists of 56 articles from the newspaper, published from January 1 to 31, 2023. The methodology used was the French Discourse Analysis (DA). The research results listed two discursive formations in the texts: the ministers as political and political agents, but not as much as the men. The analysis shows us that the Estadão treats female ministers as political agents who act within the field, but fails to put them in the background, not granting them the same space that it gives to male ministers.

Keywords: political journalism; gender; women in politics; discourse; female ministers; Estadão.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Mulheres ministras desde a redemocratização.....	39
Quadro 2 - Notícias publicadas no site do Estadão que integram o <i>corpus</i>	50
Quadro 3 - Formações discursivas encontradas nas sequências discursivas.....	53

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. JORNALISMO POLÍTICO: entre o interesse público e a defesa da democracia.....	12
2.1 O jornalismo enquanto instituição social.....	12
2.2 O papel do jornalismo na sociedade democrática.....	14
2.3 O jornalismo político.....	17
2.3.1 Reflexos no campo político.....	20
3. GÊNERO, JORNALISMO E POLÍTICA.....	24
3.1 Um breve olhar sobre os estudos de gênero.....	24
3.2 Gênero e política.....	26
3.3 As mulheres políticas no discurso jornalístico.....	31
4. O DISCURSO DO ESTADÃO SOBRE AS MINISTRAS DO LULA.....	40
4.1 Análise de Discurso.....	40
4.2 O Estadão.....	42
4.3 Detalhamento do corpus: por que escolhemos quem escolhemos?.....	43
4.3.1 As ministras: quem são e como chegaram ao governo.....	44
4.3.2 O corpus.....	47
4.4 Análise: ministra também é política?.....	50
4.4.1 FD1: As ministras como agentes políticos.....	51
4.4.2 FD2: Políticas, mas não tanto quanto eles.....	57
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	70

1. INTRODUÇÃO

Mesmo representando 52% do eleitorado brasileiro, as mulheres ainda são minoria na política. No Congresso Nacional, somando o número de deputadas e de senadoras, sequer atingem os 20%. Na Câmara dos Deputados, elas são 17,7% (91 mulheres ante 422 homens) e, no Senado, 13% (11 mulheres e 70 homens). Nos estados e municípios, o percentual de mulheres ocupando cargos eletivos também não se equipara ao número de eleitoras¹.

Os números não ficam melhores quando olhamos para o Executivo: somente duas governadoras foram eleitas em 2022. A eleição de Dilma Rousseff (PT) para presidência, em 2010, não pareceu ser o suficiente para cacifar, novamente, outra mulher para o cargo mais alto da política brasileira. E, ainda em 2023, as mulheres não conseguiram transpor as barreiras de participação na esfera pública, permanecendo distantes – ou, no mínimo, não tão presentes – dos demais espaços de poder em comparação com homens, como vemos por meio do comando de secretarias, ministérios, cargos de alto escalão e afins.

Percebendo essas lacunas, o desejo de entender o porquê dessas ausências se tornou inquietante. Trabalhando na editoria de Política de um jornal tradicional no Rio Grande do Sul há quase três anos, o Correio do Povo, fiz minha primeira reportagem sobre mulheres na política em novembro de 2021. Com a Assembleia Legislativa do Estado de palco, tracei um perfil sobre as mudanças na legislação que ajudaram com que o número de deputadas estaduais, ainda baixo, conseguisse aumentar. Conversei com uma cientista política que me ajudou a entender como se dá essa representação e falei com cada uma das dez deputadas que compunham o parlamento gaúcho. Desde então, “assumi” a pauta e já fiz, pelo menos, mais umas três matérias com esse viés. Nesse percurso, sigo convicta de que esse assunto precisa ser debatido. Não somente porque as mulheres não estão devidamente representadas nos espaços de poder – isto é, de forma equânime –, mas também porque a esfera privada ainda é, e, por um bom tempo continuará sendo, um

¹ Dados disponíveis em:

<<https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/observatorio-nacional-da-mulher-na-politica/noticias-1/bancada-feminina-alcanca-91-deputadas-federais>> e <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/10/03/apesar-de-maior-presenca-na-disputa-ao-senado-bancada-feminina-reduz-tamanho>>. Acesso em 16 julho de 2023.

ambiente hostil para aquelas que ousam transpor as barreiras e ingressar nesse campo.

Logo, a ideia de estudar qual a relação do jornalismo dentro desse sistema tão resistente a mutações e avanços me pareceu pertinente, uma vez que a disparidade na política não poderia ser alheia ao jornalismo. Em um vínculo tão antigo quanto a própria imprensa (FRANCISCATO, 2006; SEABRA, 2019), política e mídia estabelecem uma relação que vai além da simples mediação dos fatos. O jornalismo influencia o campo político - assim como é influenciado por ele-, especialmente quando nos referimos à visibilidade dada (ou não) aos atores desse meio.

A mídia é, nas sociedades contemporâneas, o principal instrumento de difusão das visões de mundo e dos projetos políticos; dito de outra forma, é o local em que estão expostas as diversas representações do mundo social, associadas aos diversos grupos e interesses presentes na sociedade. O problema é que os discursos que ela veicula não esgotam a pluralidade de perspectivas e interesses presente na sociedade. As vozes que se fazem ouvir na mídia são representantes das vozes da sociedade, mas esta representação possui um viés. O resultado é que os meios de comunicação reproduzem mal a diversidade social, o que acarreta consequências significativas para o exercício da democracia (MIGUEL, 2002, p. 163).

Tendo esse panorama como pano de fundo, iniciou-se a problematização para a presente pesquisa. Partindo do interesse de estudar a relação entre a política, as questões de gênero e o jornalismo, se tornou interessante analisar de que forma seriam retratadas pelas notícias as ministras do governo Lula no início dessa gestão, a indicação de 11 mulheres para comporem a Esplanada chamou atenção pelo ineditismo. Entre as escolhidas, nomes como o de Marina Silva e Simone Tebet chamam a atenção pela sua trajetória política e relevância adquirida dentro do processo eleitoral do último ano. Enquanto que a nomeação de Daniela Carneiro tratou-se puramente de articulações do campo político e não trouxe resultados satisfatórios a gestão petista, já que a ministra foi protagonista da primeira polêmica do novo governo.

Ainda que exista literatura sobre essa relação de gênero, política e mídia, como será trazida ao longo do trabalho, não encontramos nenhuma pesquisa material que trace a mesma linha proposta aqui nesta pesquisa, já que o foco usualmente recai sobre o parlamento ou sobre mulheres políticas que ocupam o cargo de chefe do Executivo. Além disso, em função da proximidade temporal, ainda

não localizamos pesquisas analisando as ministras do governo Lula nesta gestão. Logo, ao propor estudar como a mulher política é representada dentro da estrutura de um governo, e não apenas enquanto líder dele, principalmente de um governo que ainda está em curso e não completou um ano de mandato, contribui com os estudos do gênero ao levantar reflexões e questionamentos sobre o assunto.

Assim, o **objetivo geral** da pesquisa é analisar o discurso do jornal Estado de S. Paulo sobre três ministras do terceiro governo Lula: Daniela Carneiro, Marina Silva e Simone Tebet. E os **objetivos específicos** são: a) mapear os sentidos construídos sobre as ministras no início do mandato do governo Lula e b) debater os sentidos mapeados no discurso jornalístico sobre as mulheres políticas, identificando as formações ideológicas a que pertencem.

O trabalho está dividido em quatro capítulos. Após esta introdução, o segundo capítulo aborda o conceito do jornalismo enquanto uma instituição social que produz conhecimento e cumpre um importante papel dentro do sistema democrático. Também aprofundamos o jornalismo político enquanto prática e seus reflexos dentro do campo.

No terceiro capítulo adentramos nas relações entre política, gênero e jornalismo, apontando as relações desiguais entre mulheres e homens na política e como o jornalismo atua para perpetuar os sentidos já existentes.

No quarto capítulo falamos sobre a Análise de Discurso enquanto aporte teórico-metodológico utilizado na pesquisa, detalhando quem são as ministras escolhidas e por que as escolhemos. Detalhamos o nosso corpus, que resultou em 56 matérias analisadas de 1 a 31 de janeiro de 2023, período em que o novo governo era apresentado e se estruturava. A análise resultou em duas formações discursivas: a) as ministras como agentes políticos e b) políticas, mas não tanto quanto eles. Por fim, sintetizamos o resultado e propomos reflexões acerca do discurso sobre as mulheres políticas no capítulo de considerações finais.

2. JORNALISMO POLÍTICO: entre o interesse público e a defesa da democracia

Este capítulo traz a perspectiva do jornalismo como uma instituição social que, ao informar, tem capacidade de impactar as relações entre indivíduos, sociedade e instituições, podendo ser um agente precursor de mudanças no sistema democrático. Além disso, esta seção do trabalho detalha o jornalismo político enquanto área e apresenta seus reflexos dentro do campo político.

2.1 O jornalismo enquanto instituição social

Antes de discutirmos o jornalismo político e as questões de gênero, pontos centrais desta pesquisa, é importante aprofundarmos a compreensão do jornalismo enquanto uma instituição social que cumpre um papel único na sociedade. Não é recente o entendimento – tanto por parte dos profissionais, quanto do público e daqueles propostos a estudar a imprensa – de que o jornalismo vai além de transmitir informações. “A principal finalidade do jornalismo é fornecer aos cidadãos a informação de que precisam para serem livres e se autogovernarem” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2001, p. 16). Portanto, é partindo do ponto do jornalismo como um campo que nos permite conhecer a atualidade, que traz conhecimento e nos torna capazes de cumprir nosso papel na sociedade civil, que começamos a entendê-lo como uma instituição social, capaz de fazer a intermediação entre o indivíduo e a sociedade. “O jornalismo cria e passa a operar com diversos laços sociais, como a periodicidade, a simultaneidade, a identidade e a unidade entre leitores, aspectos vinculados a uma atividade social que se torna instituição” (FRANCISCATO, 2003, p. 34).

Para Meditsch (1997), o jornalismo ocupa esse lugar enquanto instituição social ao produzir conhecimento, descrevendo os fatos do mundo através das notícias, fazendo uma mediação entre o público e a sociedade, “construindo” a realidade. E o faz de tal modo que só poderia ele, enquanto instituição, fazer. “O jornalismo, como modo de conhecimento, tem a sua força na revelação do fato mesmo, em sua singularidade, incluindo os aspectos forçosamente desprezados pelo modo de conhecimento das diversas ciências” (MEDITSCH, 1997, p. 8).

E não é difícil de entendermos o porquê dessa definição quando destrinchamos o conceito de “instituição”. Franciscato (2003, p. 34) afirma que as *instituições* são “padrões que regulam o comportamento de seus habitantes com os outros” e que constituem, assim, as relações entre indivíduos e mundo. Logo, ao atrelarmos o conceito às relações dentro do jornalismo podemos chegar a um resultado comum: o jornalismo é uma instituição social porque tem relações diretas com o indivíduo e com a sua forma de conhecer e viver o mundo, bem como porque se estrutura e organiza como tal.

Como instituição social, o jornalismo cumpre um papel social específico, não executado por outras instituições. A instituição jornalística conquistou historicamente uma legitimidade social para produzir, para um público amplo, disperso e diferenciado, uma reconstrução discursiva do mundo com base em um sentido de fidelidade entre o relato jornalístico e as ocorrências cotidianas (FRANCISCATO, 2003, p. 22).

Definido como um sistema perito² por Miguel (1999, p. 201), o jornalismo “ajuda a estabelecer os valores que presidirão a apreciação da realidade construída” e reforça seu papel enquanto instituição especializada pois carece de fiscalização, ou melhor: não há, a não ser por ele próprio, uma maneira de comprová-lo. Entretanto, é justamente a confiança da população nesse autocontrole que confere ao jornalismo essa definição. Afinal, a credibilidade do jornalismo deriva justamente da percepção histórica e social de que ele é uma prática autorizada a narrar a realidade (SERRA, 2006). Cabe ressaltar, contudo, que essa confiança é de certa forma imposta, uma vez que os consumidores de notícias não conseguem verificar, em grande parte dos casos, se a informação é correta ou se a priorização dos fatos escolhida pelo repórter detém as informações mais importantes. Apesar disso, essa confiança vem sofrendo reveses, em especial no momento atual. A massificação das informações por meio das redes sociais prejudica a verificação do que é dito e contribui com a propagação de desinformação.

Outro elemento central na base da relação estabelecida entre quem faz e quem lê é a verdade. Primeira obrigação do jornalismo, segundo Kovach e Rosenstiel (2001), é o compromisso com a verdade que fortalece o vínculo entre o público e o jornalismo e que o difere dos outros campos da comunicação. Intrínseca

² Ao trazer a noção de sistema perito para o jornalismo, Miguel parte da teoria do sociólogo inglês Anthony Giddens, que classifica sistemas de excelência técnica ou competência profissional organizados em grandes áreas que são legitimados pela sua autonomia em relação a outros sistemas e pela crença que possuem em relação ao público.

ao jornalismo desde a sua essência, a verdade é o principal elemento que mantém, mesmo que por vezes instável, a relação com os leitores. Reside na notícia um “sentimento de verdade”, como descrevem Kovach e Rosenstiel (2001), e, portanto, é também esse um dos fatores cruciais ao jornalismo no que diz respeito à credibilidade.

Este desejo de que a informação seja verdadeira é elementar. Uma vez que as notícias são o material que as pessoas utilizam para conhecer e pensar sobre o mundo para além da sua própria experiência, estas devem ser, acima de tudo, utilizáveis e fiáveis (KOVACH; ROSENSTIEL, 2001, p.37).

Berger (2003), ao introduzir o conceito da credibilidade como o capital dentro do campo jornalístico, também menciona a verdade, ainda que se refira a uma “verdade construída”, como base da relação entre notícias e leitor. “O público que lê e atribui credibilidade à informação jornalística indica o poder e a responsabilidade dessa instituição sobre a verdade e o registro temporal” (COELHO; WEBER, 2011, p. 58).

Essas reflexões nos ajudam a compreender a perspectiva e as dimensões que são dadas ao jornalismo nesta pesquisa, enquanto um campo de produção de conhecimento, com legitimidade para mediar as relações entre mundo e sociedade.

2.2 O papel do jornalismo na sociedade democrática

É com base no entendimento de que o jornalismo obtém um papel de instituição social que podemos discutir a sua relação com a democracia³. Indissociáveis, jornalismo e democracia são considerados por alguns autores como uma simbiose, em um processo no qual um nutre o outro. É essa a relação feita por Traquina (2002), ao dizer que a democracia não pode ser imaginada como um sistema de governo sem liberdade de imprensa, e reforçada por Neveu (2003) ao argumentar que a emergência de uma imprensa livre está historicamente ligada à construção de regimes democráticos. Essa ideia também é descrita por Melo (2008, p. 90), ao afirmar que “o direito de informar e de receber informação constitui o

³ Como enfatiza Sartor (2016), o conceito de democracia é atravessado por contradições, disputas de sentidos e embates teóricos; remete a uma tradição longínqua de pensamento que tem raízes na Grécia Antiga, passa por filósofos do Iluminismo e das revoluções liberais do século XVIII e desemboca em teóricos das ciências sociais e políticas do século XX. Na pesquisa do autor, encontram-se referências para pensar as distintas acepções da noção de democracia.

fermento da cidadania, o oxigênio que nutre a vida democrática, convertendo o jornalismo e a democracia em irmãos siameses”.

Jornalismo e democracia são tão inseparáveis que, por vezes, o jornalismo (ou a ausência de sua atuação) age como uma espécie de “termômetro” a fim de validar governos, medindo liberdade e democracia. Molotch e Lester (1999) pontuam que o grau de autonomia do campo jornalístico é um fator que distingue as ditaduras das democracias. Essa ideia é reiterada, inclusive, por autores de fora do campo da comunicação, a exemplo dos cientistas políticos Steven Levitsky e Daniel Ziblatt que elencam na obra *“Como as Democracias Morrem”* a restrição da mídia como um dos quatro principais indicadores de um comportamento autoritário. Os autores trazem exemplos em que líderes ditatoriais ou com inclinações autoritárias atacam a imprensa, exemplificando como o comportamento representa uma falha no sistema democrático.

Numa democracia, os cidadãos têm direito básico à informação. Sem informações críveis sobre o que os nossos líderes estão fazendo, não podemos exercer de forma efetiva o nosso direito de voto. [...] Uma imprensa independente é um bastião das instituições democráticas; nenhuma democracia pode viver sem ela (LEVITSKY; ZIBLAT, 2018, p. 189).

É o papel historicamente desempenhado pela imprensa nas sociedades democráticas que resulta nesta associação. Ao sistematizar as 12 finalidades do jornalismo⁴, Reginato (2019) elenca, entre elas, interpretar e analisar a realidade; fazer a mediação entre os fatos e o leitor; integrar e mobilizar as pessoas; esclarecer o cidadão e apresentar a pluralidade da sociedade e fiscalizar o poder⁵ e fortalecer a democracia, a qual ela descreve como: “vigiar os poderes e as instituições; revelar manobras ilegais e prejudiciais à sociedade e mostrar como a democracia se organiza para ajudar no funcionamento da vida pública” (p. 223). A pesquisadora também indica que essa última como a função mais importante na perspectiva dos leitores e uma das mais relevantes para jornalistas e veículos - afirmação a partir de pesquisa realizada com o discurso desses três sujeitos (REGINATO, 2019).

⁴ Além das cinco finalidades citadas que dizem respeito mais diretamente ao nosso recorte da pesquisa, as demais finalidades indicadas são: informar de modo qualificado, investigar, verificar a veracidade das informações, selecionar o que é relevante, registrar a história e construir memória, ajudar a entender o mundo contemporâneo e defender o cidadão.

⁵ Reginato (2019) destaca que o princípio de vigilância deve abranger mais do que o controle do governo, alargando-se a todas as instituições da sociedade. O trabalho dos jornalistas é monitorar não só quem detém o poder político, mas também as Organizações Não-Governamentais e sem fins lucrativos, empresas e instituições que detenham poder.

Assim, acaba a instituição jornalística admitindo funções democráticas (SARTOR, 2016) que incluem a publicação das ações do Estado, vigiando instituições e governos e promovendo informações necessárias que auxiliam a população na formação da opinião pública e no seu exercício enquanto cidadãos. Nesse sentido, o jornalismo se constitui como uma instância de “contrapoder”, ao realizar a crítica permanente do poder político, incluindo “investigações e denúncias, protegendo os cidadãos contra eventuais abusos dos governantes ou decisões motivadas por interesses privados” (SARTOR, 2016, p. 106).

Sartor (2016) ainda levanta outra importante discussão envolvendo jornalismo e democracia: o dever da imprensa enquanto defensora da representação do interesse público. Nessa linha, Silva (2006) traz três perspectivas, para além da teoria dos valores-notícia, que classificariam o interesse público. Ele elenca, primeiro, valores e deveres relacionados ao Estado, à *coisa pública*, como, por exemplo, prestações de conta, chamamentos públicos, informações do “nosso” patrimônio geográfico e cultural. Em segundo lugar, está aquilo que é de *utilidade pública*, o que o autor chama de *informações de serviço*, que podem e são fornecidas diariamente pelo governo e pela sociedade e “orientam o cidadão no seu trato diário com os mais variados campos da existência, desde a meteorologia às cotações” (2006, p. 63). Por último, estão as notícias que “atendem ao desejo de saber”, essa categoria trata muito mais do que é do *interesse do público* do que, propriamente, interesse público.⁶

Como destaca Sartor (2016), o interesse público é resultado de um permanente processo de construção social. Logo, o interesse público no jornalismo estaria ligado à representação de papéis da instituição jornalística, “historicamente atribuídos ao campo, de conferir visibilidade aos fatos publicamente relevantes, relatar a verdade acerca dos fatos, contribuir para formar e expressar a opinião pública, exercer a vigilância social e atuar como contrapoder” (SARTOR, 2016, p. 124).

Assim, ao preservar o interesse público, o jornalismo auxilia na manutenção das sociedades democráticas ao trazer luz àquilo que é de interesse da população e cujas organizações, públicas ou privadas, podem querer ocultar. Logo, o jornalismo

⁶ Sartor (2016) destaca a diferença entre interesse público e interesse do público, uma vez que o segundo atende a critérios *privados*, por vezes, inclusive, mercadológicos, ainda que ele ressalte que a construção de um acontecimento noticioso pode ser feito a partir da *dosagem* entre os dois conceitos.

informa o cidadão “para que ele seja capaz de formar sua própria opinião” (CORNU *apud* REGINATO, 2019, p. 71)⁷.

Destacamos ainda a função de mediação entre os fatos e leitores, prática recorrente no jornalismo, quando se adapta um discurso técnico, se “traduz” uma informação científica ou, até mesmo, quando se resume um discurso político e mostra-se o seu efeito prático. Assim, o jornalismo permite que o “leitor tenha acesso a informações e fontes que não teria como contatar, a dados que o auxiliem a resolver questões do seu cotidiano, a discussões que o ajudem a pensar” (REGINATO, 2019, p. 233). Mas vai além, ajudando o sujeito a entender e viver a sua época, para que ele possa estar munido de informações necessárias a fim de participar da vida pública e atuar na sociedade civil, seja através de mobilizações em função de causas sociais, seja por meio do voto, ápice do processo democrático.

2.3 O jornalismo político

No bojo da discussão entre jornalismo e democracia, o jornalismo político se configura como um espaço privilegiado de análise dessa articulação, no qual materiais ligados à fiscalização do poder normalmente ganham destaque. Cabe hoje, no Brasil, às editorias de política – quando falamos em uma divisão mais segmentada, mas que também inclui todos os jornalistas que realizam esse tipo de cobertura – cobrirem as instituições e diferentes esferas que compõem e regulam o sistema democrático. Beltrão (*apud* MELO, 2006)⁸ classifica em três os campos de atuação do jornalismo político. São eles: os organismos oficiais, que englobam as três esferas da gestão estatal, do Executivo municipal ao governo federal (incluindo ministérios, secretarias e departamentos); os organismos eleitorais, que dizem respeito à Justiça Eleitoral e às eleições; os organismos partidários, que tratam dos partidos políticos; e os organismos administrativos, que tratam do serviço público em geral, de autarquias às empresas estatais, órgãos anônimos e forças armadas. São fontes frequentes nessa cobertura: presidentes da República, ministros, governadores, deputados federais e estaduais, senadores, além de dirigentes partidários (ERBOLATO, 2003).

⁷ CORNU, Daniel. **Jornalismo e verdade: para uma ética da informação**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

⁸ BELTRÃO, Luiz. **A imprensa informativa**. São Paulo, Folco, Masucci, 1969.

Assim sendo, fica sob o guarda-chuva desse jornalismo setorizado a cobertura do dia a dia do campo político, de eleições a votações no Congresso Nacional, de bastidores da política a escândalos de corrupção e movimentações no judiciário. E é nesse escopo de instituições que o jornalismo político costuma buscar informações e levá-las aos leitores.

Para Melo (2006), esta cobertura segmentada ganha ainda mais peso no contexto brasileiro, em que a democracia é recente e o jornalismo político se curva exclusivamente para gestão de Estado, responsável, majoritariamente, pela manutenção do sistema democrático. Azevedo e Chaia (2010, p. 105) reforçam essa ideia: “embora não seja a única fonte de informação política, é principalmente pela mídia de massa que hoje o indivíduo se conecta com a esfera política e busca informações necessárias para intervir no debate público e escolher governos e representantes políticos”.

É importante salientar que a relação entre jornalismo e política não é recente, já que oriunda desde a revolução da imprensa, quando os jornais começaram a ser cada vez mais difundidos. Franciscato (2006) aponta para a existência desse vínculo ainda no século XVII, principalmente em países como França e Inglaterra, quando os jornais começaram a noticiar as discussões dentro do parlamento inglês.

Instituições como o parlamento, por sua vez, possuíam uma regularidade na oferta de conteúdos noticiosos. A própria institucionalização das rotinas e atividades destas instituições públicas compunham um elemento da estrutura que sustentaria a periodicidade jornalística, já que tornava comercialmente viável relatar em publicações a sequência de trabalhos no parlamento para um público interessado em debates e ações políticas (FRANCISCATO, 2006, p. 82).

As notícias políticas interessavam boa parte da sociedade, justamente pelo fator prático que implica na vida das pessoas, sendo um dos principais motivadores para criação das “casas de café”, onde os cidadãos se reuniam para discutir, entre outros assuntos, o noticiário⁹ (FRANCISCATO, 2006).

Esse elo entre jornalismo e política também se repete no Brasil com o início da imprensa, ainda nos tempos do Império. Seabra (2016) dá conta de detalhar a história e os entrelaces dessa relação em “*Jornalismo político: história e progresso*”, destacando o caráter partidário dos noticiários ainda na sua consolidação.

⁹ Nos capítulos “Uma nova obsessão social: ler, ouvir e discutir notícias” e em “Uma pauta nas ‘casas de café’ para conversar sobre as últimas notícias”, Franciscato (2006) aprofunda a relação entre o noticiário político e as discussões acerca dele para construção do debate público.

As disputas políticas que marcaram os primeiros anos do Brasil livre refletiam-se na imprensa política. A separação definitiva de Portugal exigia uma imprensa atuante. Entretanto, forças antagônicas, tendo de um lado o grupo de Bonifácio de Andrada e, de outro, Gonçalves Ledo, forçaram uma guerra ideológica que transformou os jornais da época em verdadeiras trincheiras (SEABRA, 2016, p. 116).

Ainda partidária, é em meados de 1950, fim do Estado Novo e início da redemocratização no Brasil, quando alguns jornais importam a visão norte-americana, com uma linguagem mais acessível e mesclando informação com análises, que a imprensa começa a se estruturar tal qual conhecemos hoje, contemplando as notícias sobre as votações e movimentações no Congresso Nacional e adquirindo legitimação do público (MELO, 2008). E, apesar das mudanças de tom nos anos que se seguiram, foi apenas em 2002, na primeira eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para a presidência, que o jornalismo, de acordo com Seabra (2016), cobriu de forma equilibrada ambos os candidatos, sem o explícito favorecimento de grupos. Comparando as manchetes de 1950 e 2002, Martins (2005) mostra como nos anos 50 os jornais – ainda que uns em menor escala – eram abertamente partidários, com manchetes engajadas e, inclusive, invocando os leitores a votarem no candidato brigadeiro Eduardo Gomes, que disputava com Getúlio Vargas o governo, enquanto que em 2002 nas principais manchetes do país a informação foi dada de forma mais equiparada. Logo, mesmo que hoje haja o jornalismo partidarizado, não é o que se espera dos grandes meios de comunicação. “A grande imprensa, de modo geral, tem a preocupação de separar nitidamente a informação da opinião na cobertura política. [...] Os jornais, ainda que apoiem esta ou aquela candidatura na página eleitoral, tentam manter uma postura equilibrada” (MARTINS, 2005, p. 17)¹⁰.

Uma vez que falaremos das relações entre agentes políticos e o jornalismo, cabe ressaltar brevemente que as relações entre políticos, governos e instituições junto à imprensa não são pacíficas. Embora, como será explicado logo abaixo, seja de interesse desses agentes estarem ocupando as páginas de portais e os jornais impressos, nem sempre o noticiário lhe é do agrado, isso porque compete ao

¹⁰ Apesar dessa estratégia, acredito que as posições ideológicas e, muitas vezes, político-partidárias podem ser refletidas nas estruturas das redações e, conseqüentemente, nas notícias e nos meios de se fazer uma cobertura política. Esse assunto, porém, não será mais aprofundado aqui em função do recorte da pesquisa.

jornalismo a função de vigiar e fiscalizar o poder (REGINATO, 2019) contra possíveis desvios e abusos, papel que conferiu ao jornalismo o título de “quarto poder”, em alusão a se somar aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e resultou em desconfiança, por parte dos agentes políticos, para com a imprensa (TRAQUINA, 2004).

2.3.1 Reflexos no campo político

Mas tão logo existe – e há tanto tempo –, essa relação entre jornalismo e poder é responsável por uma série de consequências nas formas de ação política.

Seu impacto na política é indiscutível, alterando as formas do discurso, a relação entre representantes e representados e as vias de acesso para a carreira política. Ao mesmo tempo, a mídia reforça compreensões hegemônicas da política, que envolvem a confirmação dos atores e as posições que dela fariam parte de maneira legítima (BIROLI; MIGUEL, 2010, p. 7).

Miguel e Biroli (2010) elencam três dimensões em que a mídia provocou alterações nas práticas políticas: as formas de contato entre a elite política e os cidadãos; o discurso político; e a produção da agenda pública. Entender essas mudanças é crucial quando pensamos no tema que permeia essa pesquisa, que são as mulheres enquanto agentes políticos, e, principalmente, a ausência delas nesses espaços de poder.

No que diz respeito às *formas de contato entre a elite política e os cidadãos*, os autores afirmam que a mídia assumiu esse papel de mediadora, tornando-se a principal forma de contato entre os acontecimentos do mundo político e os cidadãos. Miguel (2002) elenca que com os agentes políticos e seus discursos mais expostos aos olhos do grande público, há uma “desmistificação” de candidatos e entes, com mais informações e melhora nas práticas democráticas. Azevedo e Chaia (2010) reforçam esse argumento ao apontarem ainda que a qualidade do debate público, que perpassa também as deliberações políticas, depende dessa mediação, que está condicionada a dois fatores: a visibilidade dessa sociedade (política) e o livre acesso dos cidadãos a essas informações. Trazemos também a perspectiva de Reginato (2019), que reforça a necessidade de que as informações sejam de qualidade – e, portanto, bem selecionadas e verificadas – para que haja o debate público e ele possa ser explorado em toda a sua potencialidade.

Essa mediação resulta, ainda, nas *transformações do discurso político*, que adaptou-se “às formas preferidas pelos meios de comunicação em massa” (BIROLI; MIGUEL, 2010, p. 9). Essas mudanças vão além da imprensa e de um discurso falado, como aponta Weber (2000): “a junção dos discursos políticos e discursos de *marketing* leva à banalização evidente da política que deve adaptar-se, mesmo por períodos limitados, à gramática midiática e linguagem comunicacional” (2000, p. 21). Além disso, essa linguagem adquire um caráter mais “personalizado”, com frases curtas mas “de efeito” e com uma grande aposta no visual. Segundo Miguel (2002), os políticos têm procurado, cada vez mais, projetar imagens “de modernidade, de competência, ou de qualquer outro valor que seja perseguido” através de mudanças na aparência. Cabe ressaltar que, embora as transformações citadas por Weber (2000) e Miguel (2002) se refiram a dinâmicas de 20 anos atrás, é perceptível até hoje como essas alterações seguem ocorrendo: já “moldados” para um discurso completamente midiático, políticos se adaptam agora aos novos meios digitais, sendo que o público pode acessar o conteúdo produzido diretamente pelas fontes políticas. As redes sociais ganharam esse novo campo de comunicação que exigiu novas alterações no discurso, mas isso sem excluir, entretanto, o caráter midiático que há anos vem sendo empregado e hoje já é “naturalizado”.

Outro importante resultado dessa relação entre imprensa e campo político¹¹ é a *produção da agenda pública*. “Os sujeitos e instituições políticas controlam a veiculação de informações políticas e procuram ser incluídos, permanentemente e positivamente, nas pautas jornalísticas” (WEBER, 2000, p. 15). Ou seja: os atores políticos procuram estar nas notícias ou provocá-las, inclusive através de eventos planejados (*pseudo-eventos*)¹². Isso porque, conforme Cohen¹³ (*apud* AZEVEDO, 2004), a imprensa tem uma grande capacidade de sugerir “sobre o que” pensar. Ao tratarem da teoria do agendamento (*agenda-setting*), Capella e Brasil (2018) afirmam que essa relação entre agenda governamental, agenda midiática e agenda pública é mútua, isso é, se estabelece a partir do momento em que um determinado assunto é pautado pela mídia e posto em circulação, gerando debates da esfera

¹¹ O termo “campo político” é utilizado com base na proposta de Pierre Bourdieu, que o define como “um jogo no qual o que está em disputa é a imposição legítima dos princípios de visão e divisão do mundo social” (BOURDIEU, 2001, p. 204).

¹² Conceito de Daniel Boorstin (1962) que define *pseudoeventos* como acontecimentos não espontâneos que guardam uma relação ambígua com a realidade e são criados com o propósito específico de atrair a audiência.

¹³ COHEN, B. C. **The press and foreign policy**. Princeton: Princeton University Press, 1963.

pública e ganhando atenção de agentes políticos. A mesma relação também pode ser considerada de trás para frente: as ações de agentes políticos viram notícia e, aí, assunto dentro da sociedade.

A pauta da mídia fixa a agenda pública, mas muitas vezes os agentes com maior capital político são capazes de orientar o noticiário. A gestão da visibilidade é uma tarefa política central, mas nem toda política é visível – uma parte significativa dela continua ocorrendo nos bastidores (BIROLI; MIGUEL, 2010, p. 11).

É importante esclarecer como se dá o processo de produção da agenda pública uma vez que ela resulta em algo que é de extrema importância na esfera política: a produção do capital político. Descrito por Bourdieu (2011) como um “capital de reputação, ligado à notoriedade, ao fato de ser conhecido e reconhecido, notável”, é perceptível como a imprensa pode influenciar na produção (ou na ausência) desse capital político de reconhecimento, ainda que ela não seja a única produtora do mesmo. Miguel e Birolil (2008) corroboram o estreitamento entre laços ao afirmarem que

a visibilidade da mídia é, cada vez mais, componente do capital político. A presença em noticiários e *talk-shows* parece determinante do sucesso ou fracasso de um mandato parlamentar ou exercício de um cargo executivo; isto é, na medida em que deve acrescentar algo ao capital político próprio do ocupante. (BIROLI; MIGUEL, 2008, p. 11).

Nesse sentido, Berger (2003, p. 27) também reforça a importância da imprensa enquanto produtora de capital. “O poder simbólico dos políticos é fazer crer, pois o seu capital é também a credibilidade. Mas esta credibilidade necessita do aval da imprensa, pois, informando, ela está reconhecendo uns em detrimento de outros e, assim, consagrando-os”.

Portanto, é lógico afirmar que, se desprestigiadas na imprensa, as mulheres que ingressam na política perdem a possibilidade de construção de capital, crucial no campo político, que, por si só, já mantém suas desigualdades, descrito por Bourdieu (2011) como naturalmente excludente, que repele o de fora e não tem interesse em renovação.

Existem condições sociais de acesso à política. Sabe-se, por exemplo, que no estado atual da divisão do trabalho entre os sexos as mulheres têm uma propensão muito menor do que os homens a responder às questões políticas. Da mesma forma, as pessoas pouco instruídas têm uma propensão muito mais fraca do que as instruídas, assim como as pessoas pobres têm uma propensão muito mais fraca [...]. Essa constatação da capacidade desigual de acesso ao campo político é extremamente

importante para evitar naturalizar as desigualdades políticas (BOURDIEU, 2011, p. 196).

Assim, se retiradas ou menosprezadas, inferiorizadas ou estereotipadas na agenda jornalística, menores serão as chances não apenas de construção de capital político para com os pares, mas de construção de uma imagem perante a sociedade que as ajudem a angariar votos para ocupação de espaços de poder. Uma análise mais aprofundada das mulheres na política assim como as questões de jornalismo e gênero serão trabalhadas a seguir nesta pesquisa, mas é importante já neste capítulo consolidar o entendimento da imprensa como um ator ativo no campo político. “As mídias são, portanto, organizações indispensáveis às operações políticas e comprovam, permanentemente, sua força como entidades complementares ao poder” (WEBER, 2000, p.16), atuando, desta forma, no aumento da representatividade ou na consolidação de estruturas vigentes.

3. GÊNERO, JORNALISMO E POLÍTICA

Neste capítulo abordamos a conexão entre os três pilares que norteiam esta pesquisa: gênero, jornalismo e política, apresentando uma breve contextualização sobre os estudos feministas e como se deu a relação entre a mulher e a política para, posteriormente, aprofundar a relação entre elas e o campo. Abordamos, então, o papel da imprensa nesse cenário.

3.1 Um breve olhar sobre os estudos de gênero

Adentrar de forma detalhada e aprofundada nos estudos feministas é um empreendimento que, em função da bibliografia vasta e complexa, não podemos realizar aqui, sob pena de escapar aos objetivos deste estudo. Entretanto, como propomos interligar as relações entre política, gênero e jornalismo a fim de relacionar os três campos de estudo e os significados produzidos através dessas relações, acreditamos que seja necessário uma breve contextualização sobre o movimento feminista e sobre o que ele buscou e busca reivindicar.

Sinteticamente, hooks descreve o feminismo como “um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão” (2018, p. 17). Miguel (2014), por sua vez, afirma de forma resumida que o feminismo é “a militância pela igualdade de gênero com a investigação relativa às causas e aos mecanismos de reprodução da dominação masculina” (2014, p. 17). Na prática, as duas definições se complementam e dizem respeito a essência dos estudos feministas, que se organizaram enquanto movimento na virada do século XVIII para o XIX – ainda que Miguel (2014) aponte para críticas à submissão da mulher já na Grécia Antiga e Idade Média.

A 1ª onda do feminismo, como é intitulada, surge na virada do século XVIII para o século XIX, como uma “filha indesejada da Revolução Francesa” (MIGUEL, 2014, p.20). O movimento tem como um de seus pilares a publicação da obra “*Uma vindicação dos dos direitos da mulher*”, de Mary Wollstonecraft, geralmente considerada uma das fundadoras da causa, e tinha como eixo a educação das mulheres, a igualdade dentro do casamento (em particular o direito das mulheres casadas de disporem de suas propriedades), mas, especialmente, o direito ao voto.

Meyer (2007) argumenta que foi a luta pelo sufrágio que agregou demais reivindicações, como o acesso ao ensino superior. No Brasil, as mulheres tiveram o direito ao voto legitimado na Constituição de 1934, mais de 40 anos depois da promulgação da República, em 1890. Entretanto, a autora reconhece contradições no movimento àquela época, como o fato de que o “coletivo” a que se referia o movimento sufragista não incluía as mulheres negras. Nesse sentido, hooks (2019) mostra que, na perspectiva de verem homens negros conquistarem o direito ao voto antes das mulheres brancas, a conexão entre elas e as ativistas negras se rompeu.

As mulheres negras foram colocadas entre a cruz e a espada; apoiar o sufrágio das mulheres significaria que elas estavam se aliando às mulheres brancas ativistas que revelaram publicamente seu racismo, mas apoiar apenas o sufrágio dos homens negros era endossar uma ordem social patriarcal que não daria a elas qualquer voz política (HOOKS, 2019, p. 20).

Nomes como de Sojourner Truth foram expoentes à época em uma vertente em que a questão da raça e classe eram tratadas de forma mais igualitária.

Já a 2ª onda do feminismo viria à tona, em países ocidentais, por volta dos anos 60 e 70. Meyer (2007) destaca que os movimentos à época caminharam no sentido da “produção de conhecimento”, através da produção de pesquisas e estudos que “tivessem como objetivo não só denunciar, mas sobretudo, compreender e explicar a subordinação social e a invisibilidade política a que as mulheres tinham sido historicamente submetidas” (2007, p.12). Miguel (2014) aprofunda essa questão, citando questões vinculadas à sexualidade e aos direitos reprodutivos, como o aborto. Cabe ressaltar, aqui, a relevância de Simone de Beauvoir com a produção do “Segundo Sexo” nessa segunda fase do movimento.

Se nos Estados Unidos e na Europa o cenário se apresentava propício para a evolução de movimentos libertários que propunham a contestação às formas de dominação, no Brasil a segunda fase teve como pano de fundo a ditadura militar e os movimentos de redemocratização. Com isso, o movimento, apesar de enfrentar resistências, agregou demais lutas por direitos de grupos específicos, como os negros, que se aliaram às causas feministas na busca por reivindicações mais gerais, incluindo a redemocratização.

Apesar das reivindicações acima citadas, como o direito ao voto e o acesso à educação, as lutas feministas não se debruçam apenas em questões pontuais e localizadas. “As relações de gênero atravessam toda a sociedade, e seus sentidos e

seus efeitos não estão restritos às mulheres. [...] No processo de suas próprias lutas, o feminismo foi capaz de transformar sua agenda e também sua reflexão sobre o mundo social” (MIGUEL; BIROLI, 2019, p. 8). Algumas questões há muito tempo questionadas ainda seguem em debate, como direitos reprodutivos, condições igualitárias no mercado de trabalho e a representatividade nos espaços de poder, aspecto que deve ser explorado nas próximas páginas desta pesquisa.

3.2 Gênero e política

Acreditamos que um bom ponto de partida para discutir as problemáticas envolvendo as lacunas de representação das mulheres nos espaços de poder seja a conquista do voto, mais de 40 anos depois da promulgação da República. No Brasil, as mulheres foram privadas de direitos políticos até meados do século XX, quando em 1932, após a promulgação do Código Eleitoral, todas as mulheres do país passaram a ter o direito de votar e de serem votadas. Como já abordado, a luta pelo sufrágio foi o ponto central das reivindicações feministas no Brasil e no mundo. O temor dos contrários à época era de que, uma vez que passíveis de serem votadas, os espaços de poder, lugares em que são feitas as tomadas de decisões, se tornassem “mais permeáveis à presença de mulheres e mais sensíveis às suas demandas” (MIGUEL, 2019, p. 93). Entretanto, o tempo demonstrou que, ainda que possíveis de votar e serem votadas, a elite política não sofreu grandes alterações.

Em 1933, Carlota Pereira de Queiroz foi eleita como a primeira mulher brasileira a ser deputada federal. No entanto, as conjunturas nacionais – como o golpe de Estado instaurado por Getúlio Vargas em 1937 e, posteriormente, o golpe de Estado instaurado pelos militares em 1964 – fizeram com que a participação feminina de forma efetiva no âmbito político ocorresse apenas em 1982, quando foram eleitas vereadoras em praticamente todos os Estados (PAIVA, 2008). Apesar disso, ocorreram avanços nestes anos, no Rio Grande do Sul, Suely Gomes Oliveira foi eleita deputada estadual em 1950 pelo PTB¹⁴; Dercy Furtado foi eleita vereadora de Porto Alegre pela Arena em 1972, e posteriormente eleita e reeleita deputada

¹⁴ Disponível em:

<<http://www.al.rs.gov.br/eleicao/DetalheAgencia.aspx?IdMateria=165409#:~:text=Somente%20em%201950%2C%20o%20Rio,Oliveira%2C%20do%20Partido%20Trabalhista%20Brasileiro>>. Acesso: 14 jul 2023.

estadual, em 1975¹⁵. Além da professora Iris Altmayer Ranck (antigo PDS), que foi eleita a primeira prefeita gaúcha eleita pelo voto direto, em 1982, na cidade de Cruzeiro do Sul, no Vale do Taquari¹⁶¹⁷. Hoje, as mulheres constituem 52% do eleitorado e, em 2022, foram eleitas 91 deputadas federais, em um universo de 528 parlamentares, e quatro senadoras, que somadas às eleitas na legislatura passada, resultam em 11 dos 81 senadores¹⁸. Os números, ainda baixos, já são um avanço se comparados com 10 anos atrás, mas ainda não são suficientes para alcançar uma igualdade.

Cabe ressaltar que, em grande medida, esses números só foram alcançados em função da lei das cotas. Instituída em 1997, foi apenas em meados de 2010, quando o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) reviu o entendimento da lei e determinou o percentual de participação feminina compulsório, que o instrumento legal de fato provocou um leve impulsionamento das candidaturas (COSTA; NAVAS, 2017). Além disso, a lei também impôs um máximo de 70% para candidaturas de cada gênero. Mas foi com o fim das coligações nas proporcionais, em 2020, que a cota teve seu potencial impulsionado de fato, uma vez que, agora, caberia aos partidos (e não mais às coligações) preencherem o mínimo obrigatório.

O que se propõe, com a Lei de Cotas e outras que fomentam a participação feminina, é quebrar a barreira de um ambiente outrora predominantemente masculino, encorajando mulheres a expor suas propostas e ideias, por séculos sufocadas no ambiente doméstico (COSTA; NAVAS, 2017, p. 2916).

Para Miguel (2014), entretanto, a reserva de candidaturas para mulheres sem dar a elas as condições, entre outras, financeiras, para que se candidatem e concorram de forma equânime, ainda é pouco efetiva. Em 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que fossem destinados ao menos 30% dos recursos do Fundo Partidário às campanhas de mulheres. Já o Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

¹⁵ Disponível em: <<https://memorial.camarapoa.rs.gov.br/galeriadasmulheres/dercy-furtado/>>. Acesso: 14 jul 2023.

¹⁶ Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2012/07/primeira-prefeita-eleita-do-estado-da-a-receita-as-candidatas-vao-em-frente-3836754.html>>. Acesso: 14 jul 2023.

¹⁷ Atualmente, 37 prefeitas comandam municípios no Rio Grande do Sul, o número equivale a menos de 8% do total de prefeitos. O Estado tem 497 prefeituras. Disponível em: <<https://www.correiodopovo.com.br/especial/as-prefeitas-do-rio-grande-do-sul-1.1014558>>. Acesso em: 14 jul 2023.

¹⁸ Na disputa de 2023 concorreram 3.718 (37,59%) mulheres ao cargo de deputado federal e 58 (0,58%) ao cargo de senador. As eleitas representam, respectivamente, 2,44% e 4% do total de candidatas para cada cargo.

determinou que os partidos reservassem pelo menos 30% dos recursos do Fundo Eleitoral para candidaturas femininas. Ainda assim, o autor reforça que as cotas “sinalizam que, ainda que o processo de escolha de representantes possa ser formalmente correto, seu resultado é injusto se grupos sociais importantes não encontram presença adequada” (MIGUEL, 2014, p. 98).

No entanto, a não representação feminina nos espaços de poder perpassa a questão da reserva de vagas¹⁹. Há uma série de aspectos socioculturais que dificultam que essas lacunas de representação sejam preenchidas. Lolatto (2019) destaca alguns pontos, como aspectos culturais que levam as mulheres a acharem que o ambiente político não é para elas, incluindo a sobrecarga de tarefas no ambiente familiar.

Socialmente criam-se justificativas: a política exige dedicação, tomaria um tempo muito grande das mulheres e tornaria complicado que elas conseguissem equilibrar bem com as demais atribuições que, supostamente, devem ser suas prioridades, quais sejam: a família, as crianças e a vida doméstica (LOLATTO, 2019, p. 163).

Biroli (2019) também discorre sobre a impossibilidade de descolar a esfera política da vida privada na construção de uma sociedade democrática. Quando deveres da vida doméstica recaem somente sobre as mulheres, as suas possibilidades de ingressarem na vida pública reduzem. “Relações mais justas na vida doméstica permitiriam ampliar o horizonte de possibilidades das mulheres, com impacto em suas trajetórias pessoais e suas formas de participação na sociedade” (BIROLI, 2014, p. 34). Além disso, quando a vida privada impõe barreiras para a participação pública, prejudicam ainda que assuntos que permeiam esse campo, como o cuidado às crianças e a violência doméstica, ganhem espaço e visibilidade na agenda pública.

Se percebe um contínuo esforço em se descredibilizar associações que façam deste espaço (privado) um lugar também de relações políticas, minimizando o exercício da cidadania e insistindo-se na manutenção das esferas público-privadas (LOLATTO, 2019, p. 166)

Porém, as mulheres que decidem transpor as barreiras entre o privado que lhe foi designado e ingressar na vida pública passam por percalços para driblar as estruturas vigentes do sistema político. Para além de conseguirem ser indicadas

¹⁹ Há uma discussão em torno da presença de mulheres nos espaços políticos e a representação em si, uma vez que elas ocuparem esses postos não significa, necessariamente, que elas defendem essa e outras pautas ligadas à questão da igualdade de gênero. Pinto (2010) aprofunda um pouco essa questão no artigo “Feminismo, história e poder”.

como candidatas dentro dos partidos, elas também encontram dificuldades em conseguir condições efetivas de competir, inclusive dentro dos partidos, que tendem a favorecer candidatos homens que já detêm histórico político (ARAÚJO, 2005). A autora destaca ainda alguns elementos que podem afetar o desempenho das mulheres, como a fragmentação partidária, a qual apresenta duas perspectivas: de um lado, argumenta-se que o multipartidarismo facilitaria as candidaturas femininas, uma vez que os partidos “nanicos” seriam mais adeptos a candidatos de fora do meio político, incluindo mulheres, em contraponto a siglas maiores e mais consolidadas; por outro lado, alega-se que, mesmo que esses partidos indiquem mulheres enquanto candidatas, isso não facilita suas eleições. “Os partidos elegem pouco e, nesse caso, estão envolvidos aspectos de competitividade relacionados com o tipo de capital eleitoral requerido” (ARAÚJO, 2005, p. 206). Outra característica diz respeito ao personalismo, prática frequente dentro dos partidos que leva a ações individualistas e impede a difusão e implementação de práticas genéricas.

Além de tudo, ainda que consiga se alçar a algum cargo eletivo, a vida pública para mulher, em especial na política, não possui a mesma forma que para o homem, uma vez que “a mera presença no parlamento não representa capacidade igual de influência na elaboração da lei, na formulação de políticas e na produção das representações do mundo social” (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 15). Miguel e Feitosa (2009, p. 218) afirmam que, em grande medida, as mulheres ainda são vistas como “penetras” em um espaço estruturado sob a ótica masculina.

Em decorrência disso, não é rara a associação dessas mulheres à esfera doméstica, o que reforçaria sua atuação em temáticas ligadas ao “social” e reforçaria sua posição de menor destaque dentro do campo político.

Apesar de serem minoria, hoje as mulheres são parte da política eleitoral. Mas esse acesso, permanência e ascensão aos espaços de tomada de decisões e de poder impõe a elas um esforço muito maior e um comportamento associado a marcadores identitários masculinos. Exigem, por exemplo, das mulheres que são eleitas [...] um nível de competência desproporcional com o que se exige aos homens que estão nesses espaços de poder e de decisão. Muitas se sentem compelidas a não expressar emoções ou gestos afetuosos para que não sejam confundidos com sinais de fragilidade, pois são traços associados aos papéis de gênero construídos para serem expressos apenas na esfera privada e devem ser evitados ao máximo quando se ocupa postos de poder (LOLATTO, 2019, p. 165).

Segundo Miguel (2019), o campo político, que se estruturou a ponto de ser naturalmente masculino, “trabalha contra as mulheres [...] impondo a elas maiores obstáculos para que cheguem às posições de maior prestígio e influência, mesmo depois de terem alçado cargos por meio do voto” (p. 105). Um bom exemplo é a ex-senadora e agora ministra, Simone Tebet (MDB), que será uma das políticas analisadas nesta pesquisa. À época senadora, Simone não pertencia a um partido pequeno e tão pouco era uma parlamentar desconhecida no Senado, mas não conseguiu conquistar o apoio dos colegas, sequer do mesmo partido, para sua candidatura à presidência da Casa em janeiro de 2021, recebendo 21 votos. Ela foi a primeira mulher a se candidatar para presidir o Senado²⁰.

Como já mencionado, estruturas de poder tendem a manter-se assim e, nesse sentido, Miguel (2019) alega que grupos dominantes têm seus discursos mais treinados e seus padrões de fala considerados mais adequados do que os das mulheres, enquanto que a fala das mulheres carrega marcas de inferioridade, desde a disposição afetiva associada a elas, julgada como excessivamente compassiva, até o próprio timbre da voz, já que o mais grave é vinculado socialmente ao exercício da autoridade” (p.106).

Pinto (2010) já afirmava ao falar que “o espaço político, por ser o mais masculino dos espaços, é onde a mulher mais aparece como mulher e mais necessita ser menos mulher para ser candidata e ser eleita” (2010, p. 21).

A linha da exclusão trabalha, portanto, em efeito cascata: a separação entre o público e privado associa às mulheres aquilo que é privado, de competência do cuidar, e deixa aos homens o que é público. Entretanto, aquelas que rompem com essa divisão encontram dificuldades em pautar aquilo que impuseram a elas como “seu”. Mas, também, não encontram terreno fértil para se alçarem naquilo que não é ligado ao social, como finanças e economia. Isso, dentre outros motivos, dificulta não só o reconhecimento entre os pares, mas também a legitimação pelo jornalismo, que constantemente utiliza o capital político como régua das suas escolhas. Logo, retornamos ao início: a dificuldade de construção de mulheres como candidatas com potenciais de serem eleitas.

²⁰ Disponível em:

<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/02/01/simone-tebet-e-a-primeira-mulher-a-concorrer-a-presidencia-do-senado>>. Acesso em: 07 jul 2023.

Não existem, porém, fórmulas prontas que resolvam problemáticas tão enraizadas. Miguel (2019) salienta que, mais do que incentivos à participação política, que merecem seus créditos, são necessárias condições para que as mulheres possam fazer política de forma paritária, principalmente no que diz respeito a aspectos ligados à família, como uma divisão igualitária das tarefas domésticas e a disponibilização de creches, além do fim da discriminação no mercado de trabalho.

Sob outra perspectiva, Pinto (2010) propõe que um programa de inclusão das mulheres na vida pública

não pode ser entendido como confecção de cartilhas ou campanhas publicitárias, mas [...] como um programa para dar voz às mulheres, para construir espaços nos quais as mulheres falem. Dar a palavra para as mulheres – e só as mulheres podem fazê-lo de modo a não construir novas relações de poder (2010, p. 22).

As propostas não são excludentes entre si; pelo contrário, podem muito bem se conversar, ainda mais quando o objetivo é diminuir desigualdades ainda tão profundas nos espaços de poder. Uma vez que esses espaços são ocupados majoritariamente por homens que na maioria dos casos não estão interessados em mudar estruturas que lhes beneficiam, cabem movimentos que buscam, cada vez mais, transformar esses preceitos, para que se possa por fim ocupar esses lugares e se fazer ouvir.

3.3 As mulheres políticas no discurso jornalístico

No início deste trabalho buscamos definir o jornalismo enquanto uma instituição social que produz conhecimento e contribui para a construção de parâmetros sociais e culturais. É importante retomarmos esses conceitos uma vez que agora devemos tratar, propriamente, da relação entre os meios de comunicação e as mulheres políticas. Mas antes de adentrarmos no campo político e a sua relação com a imprensa, aprofundaremos o jornalismo e suas produções de sentidos com base na pesquisa de Veiga (2014), que buscou demonstrar como as relações de gênero orientam a produção e execução das notícias, consolidando valores heteronormativos em ambientes com papéis estritamente demarcados.

Por meio de um estudo de campo em um telejornal, a pesquisadora identificou como a presença da subjetividade e de valores próprios estão intrínsecos em todos os

processos de produção das notícias, inclusive entre os profissionais e as definições de hierarquias, quando constatou que nos sentidos atribuídos às performances profissionais, comportamentos pessoais e relacionamentos de trabalho, gênero está imiscuído como um valor de distinção, e não suprime ou descarta outros atributos profissionais, mas também os constitui (VEIGA, 2014, p. 214).

Nesse sentido, inevitavelmente, características consideradas masculinas – ainda que não performadas por homens – eram mais valorizadas, como ser mais impositivo, horizontal, autoritário, autônomo, tanto por parte das chefias, para a escolha de tal, quanto por parte de pessoas com posições mais abaixo hierarquicamente. Notou-se também que a idealização das matérias, assim como as escolhas de quem iria executá-las, também passava por filtros envolvendo questões ligadas ao gênero.

Durante o acompanhamento da produção de uma matéria intitulada pelos próprios jornalistas do veículo de “matéria do parque”, os valores mostraram-se ainda mais latentes, tanto pela escolha de quem o faria, quanto por todas as escolhas feitas pelo repórter durante a produção, que durante o processo demonstrou atitudes desrespeitosas com pessoas que não partilhavam do mesmo contexto social que ele.

A rejeição de Kauã, mais uma vez, serviu de filtro no processo produtivo: foi a justificativa para que não escolhesse decupar a sonora do mesmo modo com que fez as demais. Outro elemento revelador da subjetividade do repórter foi a escolha da sonora da mulher – que estava boa porque ele gostou da entonação *meiga* dela (VEIGA, 2014, p. 276).

A pesquisadora argumenta que a subjetividade no jornalismo, já discutida em uma série de outros trabalhos, não é uma problemática, mas deve-se pensar em *quais* serão os valores passados ao público através das notícias. Veiga (2014) concluiu então que o jornalismo é constituído por hierarquias de gênero que são repassadas através das matérias e contribuem para a reprodução de uma heteronormatividade como padrão social que, conseqüentemente, ajuda a excluir aquilo que desvia de norma.

Portanto, é com base nesse entendimento prévio de que o jornalismo já detém suas próprias falhas na reprodução da diversidade que partimos para as suas relações com a política e, mais propriamente, com as mulheres que ocupam esses espaços. Miguel e Biroli (2010), ao analisarem o noticiário político de três telejornais

e três revistas semanais por um período de dez meses, constataram a presença majoritária de personagens masculinos. “As mulheres são apenas 12,6% das personagens dos telejornais e 9,6% das personagens das revistas, confirmando sua posição de subalternidade na política institucional, que é tomada amplamente como a política pelos telejornais” (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 723).

Constatou-se ainda que são dadas às mulheres menos espaço de fala, e, mesmo quando o inverso ocorre, ou seja, quando elas aparecem mais enquanto fonte, a proporção em comparação com as matérias em que os homens são fontes ainda é desigual. Nos telejornais, por exemplo, 59,4% das mulheres presentes nas matérias tiveram voz, contra 40,5% dos homens - o que, na prática, foram 516 mulheres com voz em matérias para 2.444 homens na mesma situação.

Além disso, a presença delas no noticiário político era substancialmente mais frequente enquanto participantes de movimentos sociais e espaços alternativos de ação política, do que no parlamento ou no comando de ministérios, relacionadas com temáticas que ganham menor importância dentro do noticiário. “Quando o noticiário político se volta quase exclusivamente para o campo político estrito senso, ignorando outros espaços e formas de se fazer política, reforça também a compreensão de que as mulheres não fazem política” (MIGUEL, BIROLI, 2011, p. 157).

Logo, é lógico concluir, através das análises de Miguel e Biroli (2011) e as constatações de Veiga (2014), que o jornalismo marginaliza as mulheres no noticiário político²¹. A baixa visibilidade confere às mulheres prejuízo dentro do campo político, uma vez que os veículos de comunicação influenciam, de forma direta e indireta, na ação parlamentar e na formação da agenda pública, como já mencionamos acima.

A mídia tem um papel relevante na construção da agenda pública, com influência na definição dos temas sobre os quais os indivíduos pensam e que são objeto de discussões em diferentes espaços, isto é, atua centralmente na definição do que é relevante e merece atenção (MIGUEL;

²¹ Outras relações entre as afirmações de Veiga (2014), sobre o jornalismo, e Miguel e Biroli (2011), sobre a arena política, também podem ser feitas no que diz respeito a padrões prestigiados. A exemplo de quando os autores traçam o perfil dos discursos políticos na tribuna da Câmara dos Deputados e constatam que aquelas mulheres que conseguem integrar a elite dentro do parlamento apresentam um perfil mais próximo aos seus colegas do sexo masculino, mais ligado a assuntos de *hard politics*, do que aquelas que permanecem em posição de menor destaque. O mesmo é observado por Veiga (2014), ao constatar que os atributos valorizados dentro da redação eram aqueles majoritariamente ligados aos homens e, logo, mulheres alçadas a cargos de chefia comumente detinham essas características.

BIROLI, 2011, p. 23).

Essa relação vai além de pautar o debate público: atua também na construção do capital político, através da visibilidade social do agente político, sendo esse um dos elementos de maior relevância dentro do campo.

Os meios de comunicação (e, especificamente, o jornalismo) “conferem distinção” na medida em que tornam visíveis determinadas personagens. Ao mesmo tempo, a visibilidade é a constatação, pelo jornalismo, de distinções e competências definidas a partir das normas, valores e hierarquias que regem o campo da política e que os meios de comunicação (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 127).

Assim, desprestigiadas do noticiário e subjugadas enquanto agentes políticos, a construção de capital simbólico e político torna-se ainda mais difícil, o que impede que mulheres, por mais que sejam eleitas, alcancem postos de relevância dentro da arena política. Nesse sentido, o jornalismo contribui para a manutenção de estruturas vigentes que pouco contribuem para uma democracia menos desigual, ao conferir visibilidade sempre a um mesmo perfil: homens, brancos, com ensino superior e já detentores de mandato eletivo ou cargos de confiança. Dessa forma, “dá voz a quem já tem” e consolida a visão da política como um espaço não habitável para não pertencentes a esse meio.

Soma-se a isso ainda o fato de que, em determinados casos, quando as mulheres estão presentes nas notícias, estas por sua vez estão carregadas de estereótipos de gênero ou referem à esfera privada, quando não os dois.

O fato de que o corpo e aspectos da vida privada (e familiar) das mulheres serem tematizados – enquanto outros aspectos da trajetória dos homens ganham relevância – está diretamente ligado às pressões, exigências e critérios de julgamento diferenciados dos impostos a homens e mulheres (BIROLI, 2010, p. 66).

Apesar disso, para algumas mulheres, essa questão pode ser encarada como um aspecto positivo, uma vez que contribui para construção do seu personagem político e lhe permite, ao menos, a *visibilidade* dos meios de comunicação.

Logo, concluímos que campo político e campo midiático se retroalimentam quando o assunto é a sub-representação das mulheres em ambos os meios, relegando a elas assuntos ligados à esfera privada e à feminilidade, reforçando a

distinção entre “o que pertence a quem” e legitimando os lugares que devem ser ocupados pelos diferentes atores.

3.4 Antes delas, quem mais?

Em 1 de janeiro de 2023, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi empossado presidente do Brasil para o mandato de 2023 a 2026. Essa foi a terceira vez que o petista subiu a rampa do Palácio da Planalto; a primeira foi em 2003 e a segunda, em 2007, quando foi reeleito. No mesmo dia²², o presidente empossou os 37 ministros que compõem o seu governo, entre eles, 11 mulheres. São elas: Ana Moser, no ministério de Esportes; Esther Dweck, no ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; Simone Tebet, no ministério de Planejamento e Orçamento; Nísia Trindade, no ministério da Saúde; Anielle Franco, no ministério da Igualdade Racial; Sônia Guajajara, no ministério dos Povos Indígenas; Cida Gonçalves, no ministério das Mulheres; Margareth Menezes, no ministério da Cultura; Marina Silva, no ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Luciana Santos, no ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; e Daniela Carneiro, no ministério do Turismo.

Desde a redemocratização²³, este é o maior número de ministras que o Brasil já teve, conforme exemplificamos no quadro 1. Primeiro presidente eleito pelo voto direto, Fernando Collor de Mello (eleito pelo então PRN) teve duas mulheres à frente de pastas durante sua gestão: Margarida Procópio, que comandou a extinta pasta da Ação Social e Zélia Cardoso de Mello, que comandou a Fazenda.

Após o *impeachment* de Collor, seu vice, Itamar Franco (eleito pelo PRN) presidiu o Brasil de 1992 até 1995. Sua gestão não contou com mulheres em nenhum ministério ou secretaria. Seu sucessor, Fernando Henrique Cardoso (PSDB) repetiu os números de Collor, e indicou Dorothea Werneck para o ministério da Indústria e Comércio e Anna Peliano, para a secretaria da Comunidade Solidária, que, apesar de não ser um ministério, tinha *status* de um. Em seu segundo mandato, FHC não repetiu o feito no primeiro escalão e nenhuma mulher foi

²² Para fins de análise e comparação com outros anos anteriores, a posse será essa a data de base utilizada como parâmetro na pesquisa a seguir.

²³ As informações a seguir foram coletadas na biblioteca dos ex-presidentes, na sessão de “ministérios” e “órgãos da PR” de cada ex-presidente. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes>>. Acesso: 11 jul 2023.

indicada para comandar uma pasta ministerial, mas Cláudia Costin foi nomeada para comandar a secretaria de Administração e Patrimônio e algumas mulheres permaneceram na interinidade de ministérios, assumindo vez ou outra.

Em sua Reforma Administrativa, ao aumentar o número de ministérios, o primeiro governo de Lula, que durou de 2003 a 2006, também aumentou o número de mulheres. Foram indicadas à época: Benedita da Silva, para Assistência e Promoção Social; Marina Silva, para o Meio Ambiente; Dilma Rousseff, em Minas e Energia; e Emília Fernandes, na secretaria de Direitos da Mulher, todas filiadas ao Partido dos Trabalhadores. Em seu segundo mandato, o petista manteve o número de mulheres, mas fez algumas mudanças. Só duas permaneceram no comando de ministérios: Dilma Rousseff foi para a Casa Civil e Marina Silva se manteve no Meio Ambiente. Já nas secretarias com *status* de ministério, Nilcéa Freire assumiu, ainda no primeiro mandato, a pasta de Política para as Mulheres e Matilde Ribeiro, a pasta de Promoção e Igualdade Racial.

Em 2010, a eleição de Dilma Rousseff (PT), primeira mulher a se tornar presidente do Brasil, elevou a lista de nomes femininos dentro do Palácio do Planalto. Em seu primeiro mandato, Dilma indicou mulheres para os seguintes ministérios: Miriam Belchior, para o Planejamento, Orçamento e Gestão; Tereza Campello para o Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Anna de Hollanda para a Cultura; Izabella Teixeira, para o Meio Ambiente; Ideli Salvatti, para a Pesca e Aquicultura, e Nilma Gomes, para o ministério das Mulheres, Igualdade Racial, Juventude e Direitos Humanos. A petista também indicou Helena Chagas, para secretaria de Comunicação Social; Luiza Bairros, para secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Irazy Lopes, para secretaria das Mulheres; e Maria do Rosário para secretaria de Direitos Humanos. Ao todo, incluindo ministérios e secretarias, eram 10 mulheres no Poder Executivo.

O segundo mandato de Dilma teve a saída de ministras, incluindo Miriam Belchior do Planejamento e Tereza Campello no Desenvolvimento Social. A novidade foi a entrada de Kátia Abreu para o comando do ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Nomes também trocaram dentro das secretarias, mas a Reforma Administrativa aprovada ainda nos primeiros meses de governo contribuiu para a redução do número de mulheres, o que torna difícil de contabilizar. De forma geral, Dilma diminuiu o número de integrantes femininas em sua gestão, passando para cinco ministras.

Com o impeachment de Dilma em 31 de agosto de 2016, seu vice, Michel Temer (MDB), assumiu o comando do Palácio do Planalto. Uma das primeiras medidas do ex-presidente foi reduzir o número de ministérios – e de mulheres em seu governo. O único ministério chefiado por uma mulher durante os meses em que Temer comandou o país foi o de Direitos Humanos, que ficou sob tutela de Luislinda Valois.

Jair Bolsonaro (PL), eleito em 2018, também governou sob uma administração mais enxuta, tanto no que diz respeito a órgãos de governo quanto à participação da diversidade dentro de seu mandato. Bolsonaro teve duas ministras: Tereza Cristina, na pasta da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Damares Alves, na pasta da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Quadro 1 - Mulheres ministras desde a redemocratização

MANDATO	PRESIDENTE	MINISTRAS	Nº DE MULHERES NO GOVERNO
1990 - 1992	Fernando Collor de Mello	Margarida Propício (Ministério da Ação Social); Zélia Cardoso Mello (Ministério da Fazenda)	2
1992 - 1995	Itamar Franco	-	0
1995 - 1998	Fernando Henrique Cardoso	Dorothea Werneck (Ministério da Indústria e Comércio); Anna Peliano (Secretaria da Comunidade Solidária)	2
1999 - 2002	Fernando Henrique Cardoso	Cláudia Costin (Secretaria de Administração e Patrimônio)	1
2003 - 2006	Lula	Benedita Silva (Ministério da Assistência Social); Dilma Rousseff (Ministério de Minas e Energia); Marina Silva (Ministério do Meio Ambiente); Emília Fernandes (Secretaria de Direitos da Mulher)	4
2007 - 2010	Lula	Dilma Rousseff (Ministério da Casa Civil); Marina Silva (Ministério do Meio Ambiente); Matilde Ribeiro (Secretaria da Igualdade Racial); Nilcea Ribeiro (Secretaria de Políticas para as Mulheres)	4
2011 - 2014	Dilma Rousseff	Anna de Hollanda (Ministério da Cultura); Ideli Salvatti (Ministério da Pesca e Aquicultura); Izabella Teixeira (Ministério do Meio Ambiente); Miriam Belchior (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão); Nilma Gomes (Ministério das Mulheres, Igualdade Racial, Juventude e Direitos Humanos); Tereza Campello (Ministério do Desenvolvimento Social) Helena Chagas (Secretaria de Comunicação Social); Irany	10

		Lopes (Secretaria das Mulheres); Luiza Bairos (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial); Maria do Rosário (Secretaria de Direitos Humanos)	
2015 - 2016	Dilma Rousseff	Anna de Hollanda (Ministério da Cultura); Izabella Teixeira (Ministério do Meio Ambiente); Katia Abreu (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento); Nilma Gomes (Ministério das Mulheres, Igualdade Racial, Juventude e Direitos Humanos); Helena Chagas (Secretaria de Comunicação Social)	5
2016 - 2018	Michel Temer	Luislinda Valois (Ministério de Direitos Humanos)	1
2019 - 2022	Jair Bolsonaro	Damares Alves (Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos); Tereza Cristina (Ministério da Agricultura)	2

Fonte: autoria própria

Essa trajetória nos permite perceber, então, que uma maior presença de mulheres no comando de ministérios – ainda que proporcionalmente os números sejam poucos expressivos – é uma exceção, não a regra. A primeira gestão de Dilma Rousseff, com seis ministras e quatro secretárias, foi a primeira vez que o Brasil contou com tantas mulheres no Executivo. Mesmo Lula, seu antecessor e colega de partido, não ultrapassou muito a marca dos que o antecederam, indo de duas para quatro mulheres, entre elas três ministras no primeiro mandato e duas no segundo. Já entre os que sucederam Dilma, as perdas foram gritantes e representaram um retrocesso na busca por igualdade dentro do Executivo.

Além disso, percebe-se também como essas mulheres são majoritariamente direcionadas para ocupar pastas ligadas a áreas sociais, levando aos casos em que na composição do núcleo “duro”, que trata de economia, política ou governança, elas são a “minoridade da minoria”, chefiando por vezes uma pasta, quando muito, em um universo por vezes maior do que de 15 ministros homens.

Treze anos após deixar a presidência, Lula foi novamente eleito para uma terceira gestão. Enquanto candidato, o petista não fez promessas quanto a delimitar o número de mulheres para compor seu governo, mas falou em um aumento da representatividade, como de fato o fez em comparação com gestões anteriores.

Quando traçamos um perfil das 11 ministras deste mandato (2023-2026), identificamos que seis delas são brancas, três são negras, uma é parda e uma indígena, e nove possuem ensino superior. Entre as que possuem filiação política, estão: Simone Tebet, do MDB; Sônia Guajajara, do PSol; Marina Silva, do Rede

Sustentabilidade e Daniela Carneiro, do União Brasil. À exceção de Tebet, todas as outras foram eleitas deputadas federais em 2022. No próximo capítulo, apresentaremos o percurso metodológico e, em função do nosso corpus, também iremos aprofundar quem são Daniela Carneiro, Marina Silva e Simone Tebet e quais os caminhos que as levaram à Esplanada.

4. O DISCURSO DO ESTADÃO SOBRE AS MINISTRAS DO LULA

Este capítulo traz os resultados da pesquisa, bem como o percurso metodológico percorrido, e detalha as escolhas feitas para alcançar os objetivos do trabalho. Para tal, apresentaremos a Análise de Discurso, nosso método de pesquisa, e o jornal Estado de São Paulo, objeto analisado. O capítulo traz ainda um recorte do objeto, contextualizando quem são as ministras de Lula.

4.1 Análise de Discurso

Na pesquisa de textos jornalísticos, a Análise de Discurso francesa (AD) é um método de pesquisa que auxilia na identificação tanto de vozes quanto de sentidos (BENETTI, 2007). É importante entendermos então que um texto nunca é apenas um texto, isto é, todas as falas – e aqui não estamos nos referindo unicamente à expressão literal de falar – carregam consigo uma série de significados. Conforme Orlandi (1999), nos estudos discursivos, a forma e o conteúdo andam juntos e a língua não é considerada apenas estrutura, mas acontecimento. A partir dessa compreensão, podemos entender de forma mais clara como a análise de discurso “visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos” (ORLANDI, 1999, p. 26). Logo, a AD nos permite entender “como”, mais do que “o que” está sendo dito em relação às ministras nas reportagens do jornal Estadão, objetivo central desta pesquisa.

Além disso, é importante destacar que o discurso é multifacetado e dialógico, pois se constitui através de uma relação entre quem fala e quem lê, sujeitos diferentes que ocupam espaços diferentes e interpretam um discurso de forma diferente, cada qual com seu próprio imaginário, construído a partir de outros discursos e outras experiências. Ou seja, quem fala constrói uma imagem sobre quem interpreta e vice-versa, pois todo discurso é guiado pelo que se imagina sobre o outro e sobre si mesmo (PÊCHEUX, 1993).

Sendo assim, a intersubjetividade, conceito abordado por Bakhtin (1981), propõe que discursos não existem por si mesmos, mas em um espaço entre sujeitos.

O discurso é, assim, opaco, não-transparente, pleno de possibilidades de interpretação. Assumir essa característica como um dos pressupostos do jornalismo leva-nos a reconhecer que o texto objetivo é apenas uma intenção do jornalista, restando-lhe elaborar um texto que no máximo direcione a leitura para um determinado sentido, sem que haja qualquer garantia de que essa convergência de sentidos vá de fato ocorrer (BENETTI, 2007, p. 108).

Além disso, uma vez que depende do outro (que lê) para existir, não cabe somente a quem fala (ou escreve) produzir o sentido. As relações de poder entre os sujeitos participantes da discussão são levadas em consideração para entender as “negociações de sentido e os lugares que os sujeitos concedem uns aos outros no processo discursivo” (REGINATO, 2019, p. 117). No jornalismo, um gênero discursivo com diversas particularidades (BENETTI, 2008), os sujeitos estão ligados por um contrato de comunicação, já que o discurso só acontece se os interlocutores reconhecerem as permissões e restrições que definem a interlocução (CHARAUDEAU, 200).

Na busca pelos sentidos – e, destaca-se aqui, como já mencionado antes, que a AD também é utilizada para o estudo das vozes, mas este não é o foco da pesquisa – é importante entendermos conceitos dentro deste campo teórico-metodológico, como a paráfrase, que é a reiteração dos sentidos e “permite ao pesquisador compreender o funcionamento do discurso, chegando a resultados sobre os sentidos hegemônicos construídos por determinados sujeitos em determinados lugares de fala” (REGINATO, 2019, p. 114). A paráfrase é, portanto, aquilo que está sendo reafirmado várias vezes dentro de um discurso e que o analista de discurso trabalha buscando as regularidades dentre certo número de enunciados espalhados num sistema de dispersão ao longo dos textos (REGINATO, 2019).

Essas reiterações de sentido são apresentadas como sequências discursivas (SDs), que são trechos que o pesquisador selecionará para análise, “cujo início e cujo final são delimitados pela identificação de sentidos que respondem à problemática de pesquisa ou ao que esteja sendo particularmente investigado” (REGINATO, 2019, p. 120). O conjunto de SDs vai ser interpretado pelo

analista para compor uma região de sentidos, que é uma formação discursiva (FD). Benetti (2008) explica que é através da identificação das FDs que o pesquisador inicia a pesquisa: a busca pelos diversos significados que constroem e consolidam um “sentido nuclear”. Nesse processo, “não há uma fórmula a ser aplicada, ficando a cargo do analista utilizar sua capacidade interpretativa dentro de parâmetros de rigor” (BENETTI, 2008, p. 115).

Cabe ressaltar que todo discurso é determinado por formações ideológicas que existem anterior e exteriormente ao objeto analisado, ou seja, as formações discursivas são fruto das formações ideológicas, porque o discurso se origina de sujeitos posicionados em um tempo e um lugar condicionados social e historicamente (MAINGUENEAU, 2008).

4.2 O Estadão

Escolhemos o jornal Estado de São Paulo (mais conhecido como Estadão) por ser um dos maiores jornais de referência do jornalismo brasileiro, tanto em sua versão impressa quanto *online*. Segundo Reginato, são considerados de referência aqueles jornais que possuem “tradição no mercado, circulam em todo território nacional e têm repercussão como fontes de informação para veículos de menor porte” (2019, p. 129). Além disso, o Estadão atende ainda a outros critérios que o classificam desta forma, ao pautar grandes debates públicos (BENETTI, 2014), como quando revelou o caso do orçamento secreto, sistema de liberação de emendas parlamentares não passível de rastreamento dos valores, com objetivo de articular a relação entre o Congresso e o governo do então presidente Jair Bolsonaro²⁴. O caso pautou também outros veículos, ainda que de mesmo porte. Outra evidência que destaca a característica seria a existência da Agência Estado, que, embora tratem de produtos diferentes (a Agência e o Estadão), vende como agência de notícias suas matérias nacionais e fotos para demais jornais, mas estas saem no Estadão de forma mais expandida e aprofundada. Destacamos, por fim, a questão dos jornais de referência possibilitarem a presença e a expressão de grandes líderes políticos e servirem externamente de referência sobre a realidade

²⁴ Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/leia-todas-as-reportagens-sobre-o-orcamento-secreto/>>. Acesso em: 25 julho 2023.

local (Vidal-Beneyto *apud* Marocco; Zamin; Boff, 2009)²⁵, o que está diretamente relacionado com os atores desta pesquisa: as ministras de Estado e os sentidos que um dos jornais de referência da imprensa brasileira está produzindo sobre elas.

O Estadão é o jornal mais antigo da cidade de São Paulo ainda em circulação, fundado em 4 de janeiro de 1875. Quando surgiu, tinha quatro páginas e uma tiragem de 2.025 exemplares, número significativo para a época. Em junho de 2021, segundo dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC), a circulação diária média do jornal foi de 76,4 mil exemplares²⁶. Em 20 de fevereiro de 1995 o jornal passou a publicar notícias publicadas na Internet, e, com a virada do século, nos anos 2000, o grupo inaugurou o *estadao.com.br*, endereço utilizado até hoje. O jornal integra o Grupo Estado e é o principal do produto do mesmo, que também possui a Agência Estado, a rádio Eldorado FM e a Gravadora Eldorado.

Assim como os demais jornais impressos, o Estadão também tem apresentado queda na tiragem. Segundo uma matéria publicada pelo Poder360, com base em dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC), de 2020 para 2021, o jornal sofreu queda de 12% de sua circulação. Em contrapartida, o aumento nas assinaturas digitais, no mesmo período, foi sutil: 1,2%. Ainda assim, os últimos dados de 2022 ainda confirmam o jornal como o 3º entre os com maior circulação, considerando versão impressa e digital, atrás apenas do O Globo e da Folha de São Paulo²⁷.

O código de ética do veículo elenca como missão “divulgar e defender os princípios da democracia e da livre iniciativa”, atribuindo a rentabilidade no setor da informação e comunicação também dentro deste espectro.

4.3 Detalhamento do corpus: por que escolhemos quem escolhemos?

O número extenso de ministras não nos permitiu, em função da grande quantidade de material disponível, analisar os sentidos produzidos no discurso empregado às 11 ministras do governo Lula. Portanto, selecionamos três: **Daniela**

²⁵ Vidal-Beneyto, J. *Diário de una ocasión perdida: materiales para un principio*. Barcelona: Editorial Kairós, 1981.

²⁶ Disponível em:

<<https://www.estadao.com.br/economia/negocios/estadao-se-consolida-em-maio-comolider-em-circulacao-impressa-no-brasil/>> Acesso em: 25 julho 2023.

²⁷ Disponível em:

<<https://www.poder360.com.br/economia/jornais-no-1o-semester-impresso-cai-77-e-digital-tem-alta-ti-mida/>> Acesso em: 25 de julho 2023.

Carneiro, Marina Silva e Simone Tebet. Um primeiro critério de seleção foi a grande quantidade de matérias disponíveis sobre as três. Em busca realizada no Estadão no período de janeiro de 2023, constatamos que essas foram as três ministras com mais matérias relacionadas, mostrando a relevância delas para o discurso jornalístico do Estadão²⁸. Também corroborou para a escolha o fato de que Marina Silva e Simone Tebet têm projeção nacional: ambos os nomes são amplamente conhecidos e regularmente difundidos na imprensa e, além disso, ambas ocupam pastas estratégicas, Meio Ambiente e Planejamento, respectivamente, e com frequência pautam matérias. Soma-se a isso o fato de que, embora o próximo pleito presidencial esteja longe, ambas já disputaram a presidência (Marina em 2010, 2014 e 2018 e Tebet em 2022) e há muita chance de que estejam na disputa.

Daniela Carneiro, também eleita deputada federal em 2022, foi a primeira entre os ministros do governo a ser envolvida em uma polêmica, como será explicado a seguir, o que a colocou como elemento central de matérias e trouxe visibilidade para o seu nome, influenciando o nosso processo de escolha. Além disso, cabe ressaltar que a mesma parte, assim como as duas outras mencionadas, do campo político: são indicações filiadas a partidos políticos, com histórico de cargos eletivos e mandatos públicos, o que contribui para nossa investigação que versa sobre as mulheres políticas. É importante destacar que após a seleção do corpus da pesquisa, a ministra foi exonerada do ministério do Turismo em 6 de julho, sendo substituída pelo deputado Celso Sabino, também do União Brasil. Como nosso período de análise é referente a janeiro de 2023, essa mudança não interfere e consideramos que se mantém a importância de analisar os sentidos sobre ela para compreender como são construídos os sentidos sobre as mulheres que ocupam cargos políticos.

4.3.1 As ministras: quem são e como chegaram ao governo

Abaixo, descrevemos brevemente a trajetória das três ministras selecionadas para a pesquisa.

²⁸ Número de matérias por ministra: Marina Silva, 86; Simone Tebet 86; Daniela Carneiro, 35; Sônia Guajajara, 25; Nísia Trindade, 25; Margareth Menezes, 21; Luciana Santos, 20; Anielle Franco, 19; Ana Moser, 18; Esther Dweck, 16; Cida Gonçalves, 6.

Marina Silva (Rede Sustentabilidade)

Marina da Silva tem 65 anos e é historiadora, professora e psicopedagoga, mas tem seu reconhecimento maior pela sua atuação enquanto ambientalista. Essa é a segunda vez que Marina, também sob gestão de Lula, comanda a pasta do Meio Ambiente. Durante o primeiro e parte do segundo mandato do petista, quando a mesma também era filiada à sigla, ela comandou o ministério até que desavenças a fizeram deixar tanto o ministério quanto o PT.

Seu primeiro cargo público foi em 1988, quando foi eleita vereadora de Rio Branco. Na eleição de 1990, Marina foi eleita deputada estadual e, em 1994, senadora da República, tornando-se, aos 36 anos de idade, a mais jovem senadora da história do país. Permaneceu no Senado de 1995 a 2011 e disputou a presidência da República nas eleições de 2010, 2014 e 2018. Em 2015, após deixar o PV, partido para o qual migrou quando saiu do PT, conseguiu o registro para sua nova sigla: Rede Sustentabilidade.

Filha de seringueiros, a ministra teve seu primeiro contato com a causa que viria a ser mundialmente reconhecida ainda no Acre, através do líder dos seringueiros e ativista ambiental Chico Mendes.

Em 2022, Marina e Lula se reconciliaram politicamente após as desavenças que a fizeram deixar o governo anos atrás. Ainda no primeiro turno, a ministra foi ativa na campanha para Lula, com a Rede integrando a coligação Brasil da Esperança, que elegeu o petista. Seu nome era um dos mais cotados para reassumir o ministério.

Antes mesmo de confirmarem seu nome, Marina atuou como interlocutora informal do governo na área ambiental, quando participou da 27ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações sobre Mudanças Climáticas (COP 27), em Sharm El-Sheikh, no Egito, em 2022.

Simone Tebet (MDB)

Simone Nasser Tebet nasceu em Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul, tem 53 anos e é advogada e professora universitária. Tebet tem relações sanguíneas com a política: seu pai, Ramez Tebet, foi prefeito, governador, senador, ministro e já

comandou o Senado. Já Tebet, por si, também carrega consigo uma bagagem na vida pública: foi duas vezes prefeita de Três Lagoas, deputada estadual, secretária de governo e vice-governadora, além de senadora pelo Mato Grosso do Sul, primeira mulher a alcançar o feito.

Em 2019, Tebet tentou ser a indicada de seu partido para disputar a presidência do Senado, mas foi derrotada por Renan Calheiros (MDB-AL), que acabou perdendo a eleição para Davi Alcolumbre (União-AP). Em 2022 ela concorreu, ainda que sem apoio integral de seu partido, conquistando feito de primeira mulher a disputar a presidência da Casa.

Seu nome ganhou projeção durante a CPI da Covid, em 2021, quando atuou frontalmente contra o governo, expondo falhas em documentos e inconsistências em discursos²⁹; apesar disso, também teve de atuar como voz ativa em episódios de machismo dentro da reunião³⁰.

Em 2022 Tebet lançou sua candidatura à presidência como o nome da “terceira via”, ante a polarização existente entre os candidatos Lula (PT) e Jair Bolsonaro (PL). Assim como sua disputa à presidência do Senado, Tebet não encontrou muito apoio entre os correligionários, que também estavam divididos ante polarização.

No segundo turno, a ministra não apenas declarou voto como também participou amplamente da campanha de Lula. O seu “perfil moderado economicamente” (ou seja: mais liberal) foi visto com bons olhos por críticos. O apoio de Tebet rendeu uma “boa” pasta no primeiro escalão do governo - no caso o ministério de Planejamento e Orçamento – embora Tebet tenha pleiteado, de início, a pasta da Educação e a de Desenvolvimento Social.

Daniela Carneiro (União Brasil)

Daniela Mote de Souza Carneiro nasceu no estado do Rio de Janeiro, tem 46 anos e é formada em pedagogia. Antes de ingressar na vida pública, atuou por 17 anos como professora do ensino fundamental da rede municipal do Rio de Janeiro. Seu primeiro cargo na esfera pública foi no comando da secretaria de Assistência

²⁹ Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/perfil/simone-tebet/>>. Acesso em: 12 de jul 2023.

³⁰ Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/cpi-da-covid/noticia/2021/09/21/ministro-chama-senadora-de-descontrole-gera-tumulto-e-cpi-suspende-reuniao.ghtml>>. Acesso em: 12 de jul 2023.

Social e Cidadania do município Belford Roxo, na Baixada Fluminense, entre 2017 e 2018. Ela foi nomeada pelo marido, Wagner Carneiro, mais conhecido como Waguinho, que assumiu a prefeitura em 2017 após seis anos como deputado estadual. Carneiro concorreu pela primeira vez em 2018 e foi eleita deputada federal pelo Rio, à época no MDB, atuou como vice-líder do partido na Câmara. Em 2022 concorreu a reeleição, mas dessa vez pelo União Brasil, sendo eleita a deputada mais votada do Estado³¹. Ela e o marido apoiaram a candidatura de Lula no segundo turno das eleições de 2022, realizando inclusive carreatas de apoio ao petista em Belford Roxo.

Poucos dias depois de empossada, o jornal Folha de São Paulo³² noticiou que Carneiro teria vínculos com a família de um chefe de uma milícia na Baixada Fluminense. Ela negou ter quaisquer relações com os crimes, mas posteriormente demais notícias viriam a sair de que a ministra e seu marido mantinham relações com outros nomes ligados à milícia³³.

O seu nome para chefiar a pasta do Turismo foi uma indicação da bancada do União Brasil, um dos partidos de maior expressão dentro do parlamento³⁴.

4.3.2 O corpus

Para a construção do corpus optamos pela seleção das matérias em formato *online*, uma vez que possuía mais matérias na busca realizada do que na versão impressa³⁵, e, portanto, utilizamos da ferramenta de pesquisa do site do Estadão para selecionar as reportagens em que as ministras Daniela Carneiro, Marina Silva e Simone Tebet eram mencionadas.

O período de análise selecionado foi o mês de janeiro de 2023, do dia 1 ao dia 31. O início da nova gestão foi marcado não só pela estreia e apresentação dos

³¹ A relação política próxima com o marido levou Daniela a adotar o nome de “Daniela do Waguinho” nas urnas, o qual ela “deixou” ao assumir a pasta do Turismo.

³² Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/01/ministra-de-lula-mantem-vinculo-politico-com-familia-d-e-miliciano.shtml>>. Acesso em: 15 de jul 2023.

³³ Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/01/ministra-de-lula-mantem-elo-politico-com-outro-miliciano-presno-no-rj.shtml>>. Acesso em 15 de jul 2023.

³⁴ A matéria publicada pela Piauí em 8 de fevereiro detalha os imbróglios envolvendo Daniela, Waguinho e o envolvimento da família com a milícia na Baixada Fluminense. Disponível em:

<https://piaui.folha.uol.com.br/as-relacoes-do-prefeito-e-da-ministra-com-milicia/>

³⁵ No mesmo período, a versão impressa teve 72 matérias em que as três ministras eram citadas.

novos ministros, como também por eventos políticos e econômicos significativos para o país e para o governo. Nesse universo, foram encontradas **207 matérias** no total. Dessas, 86 citavam a ministra Marina Silva; 86 a ministra Simone Tebet; e 35 a ministra Daniela Carneiro. Buscando delimitar o corpus para responder às questões da pesquisa, aplicamos os filtros de editoria, selecionando: política, economia e sustentabilidade, o que reduziu o número de reportagens de cada ministra para 68, 69 e 28, respectivamente. Não incluímos as matérias classificadas como “coluna” e “blog”, uma vez que não entram dentro da proposta desta pesquisa, que busca analisar os sentidos promovidos através de um texto de cunho informativo, não opinativo.

Por fim, excluindo matérias em que as ministras são simplesmente citadas (de participarem de um evento, por exemplo) e não permitem uma análise mais aprofundada, chegamos ao corpus de **56 matérias (quadro 2)**. Nesse universo, 22 fazem referência à ministra Simone Tebet, 18 à ministra Marina Silva e 19 à ministra Daniela Carneiro. Entre as reportagens, há aquelas em que mais de uma ministra é citada.

Quadro 2 - Notícias publicadas no site do Estadão que integram o corpus

TEXTO	DATA	TÍTULO
T1	02/01	Lula retoma Fundo Amazônia, maior programa de apoio à proteção da floresta
T2	02/01	Agência Nacional de Águas e Serviço Florestal voltam para o Ministério do Meio Ambiente
T3	02/01	Marina cancela programa de Salles que tirava poder de fiscais sobre multas ambientais
T4	02/01	Lula extingue Funasa e deixa área de obras com ministério do MDB
T5	02/01	Ministro diz que Bolsa Família será reformulado ‘com diálogo’ e revisão de cadastro dos mais pobres
T6	03/01	Ministra do Turismo de Lula teve apoio eleitoral de condenado por chefiar milícia e homicídio
T7	03/01	Ministra do Turismo declarou ao TSE ter R\$ 180 mil em dinheiro vivo e R\$ 733 mil de patrimônio
T8	04/01	Alckmin e Marina tomam posse hoje como ministros de Lula; Tebet tem cerimônia agendada para quinta
T9	04/01	Marina diz que Meio Ambiente e Agricultura vão trabalhar juntos ‘se Deus quiser’
T10	04/01	Lula usa reunião com ministros para avisar que anúncios só podem ser feitos com aval do Planalto
T11	04/01	Lula descarta substituição de ministra do Turismo e vê fogo amigo no episódio

T12	04/01	Grupo de Waguiño enfrentou acusações de organização criminosa, concussão e fraude em licitações
T13	04/01	'Inimigos querem me queimar', diz ministra do Turismo em mensagem de celular
T14	05/01	Alckmin recebe pedidos de empresários para retomar protagonismo da indústria; veja lista
T15	05/01	Marina Silva vai discutir com Rui Costa comando de principais órgãos ambientais
T16	05/01	Tebet reconhece divergência, mas exalta time econômico e promete responsabilidade com gasto público
T17	05/01	Simone Tebet vai trabalhar junto com TCU na avaliação e monitoramento de políticas públicas
T18	05/01	Ministra do Turismo recebeu apoio de parentes de outro miliciano durante campanha em 2022
T19	05/01	Ministra do Turismo recebeu apoio de mais um acusado de chefiar milícia em Belford Roxo
T20	06/01	Belo Monte quer erguer muros quilométricos dentro do rio Xingu após esvaziar trecho de 130 km
T21	06/01	Bolsa sobe 1,23% com dados sobre emprego nos EUA, e dólar cai 2,16%
T22	06/01	'Quem fizer algo errado será convidado a deixar o governo', diz Lula em primeira reunião ministerial
T23	06/01	Transparência Internacional contesta nome de Waldez Góes, condenado por peculato, para governo Lula
T24	06/01	Ala do União quer apoio do PT e diz que ministra do Turismo tem 'baixíssima representatividade'
T25	06/01	Lula pede à equipe para tirar a palavra 'gasto' do vocabulário do governo
T26	07/01	Com Congresso em recesso, Eduardo Bolsonaro fala em convocar ministra por ligação com milícia
T27	08/01	Promessa de ajuste, cutucada no BC e atrito com a imprensa: a semana de Haddad na Fazenda em 6 atos
T28	08/01	Daniela do Waguiño repassou R\$ 364 mil para empresa de ex-beneficiária do Auxílio Emergencial
T29	10/01	Ricardo Nunes: 'STF precisa apresentar os argumentos para ter afastado governador Ibaneis Rocha'
T30	10/01	Tebet diz que Planejamento terá metade das secretarias com mulheres no comando
T31	11/01	Tebet anuncia seu 'dream team' responsável por controlar os gastos, e mercado reage bem
T32	11/01	Tebet diz que palavra 'democracia' não vai poder sair da boca do governo e condena atos golpistas
T33	11/01	Dólar cai com discurso de Tebet, enquanto Bolsa escala aos 112 mil pontos
T34	12/01	Secretário de Tebet tem planos de reformar 'por dentro' o Orçamento federal
T35	12/01	Haddad anuncia pacote para diminuir rombo das contas de 2023 para patamar abaixo de 1% do PIB

T36	12/01	Posse de Guajajara e Anielle tem helicópteros sobre Planalto e foto com ministra ligada a milicianos
T37	13/01	Governo vai passar o 'pente-fino' em todos os contratos acima de R\$ 1 milhão para reduzir despesas
T38	14/01	Deputado Rodrigo Agostinho é novo presidente do Ibama
T39	14/01	Deputados do Cidadania decidem ficar fora da base aliada de Lula na Câmara
T40	16/01	Oposição via conspiração é desafio ao governo Lula, diz Trabuco, presidente do conselho do Bradesco
T41	16/01	Tebet: Plano de ajuste é 'insuficiente', mas faz 'combo' com reforma tributária e nova regra fiscal
T42	17/01	Brasil revisitará acordo entre Mercosul e União Europeia, diz Marina Silva
T43	17/01	Fundação de Leonardo DiCaprio tenta captar US\$ 100 milhões para o Fundo Amazônia, diz Marina Silva
T44	17/01	ICMBio nomeia como diretor ex-chefe do programa de Ricardo Salles
T45	18/01	Marina Silva afirma que o País tem de fazer 'dever de casa'
T46	18/01	Amazônia teve em 2022 maior desmatamento em 15 anos, diz Imazon
T47	18/01	ICMBio vai exonerar diretor-substituto que comandou programa de Ricardo Salles
T48	18/01	Governo quer revisar marco regulatório de ferrovias e vai ao Meio Ambiente para destravar Ferrogrão
T49	18/01	Ministro dos Transportes se compromete a entregar 861 quilômetros de rodovias até abril
T50	18/01	Lula age para evitar 'independência' do União Brasil no Congresso e desidratação da base aliada
T51	20/01	Tebet escolhe economista Luciana Servo para presidir o Ipea
T52	20/01	PT e Centrão disputam órgãos federais com orçamento robusto e epicentros de escândalos de corrupção
T53	21/01	Brasil precisa de ajuste fiscal de R\$ 300 bilhões para estancar dívida crescente
T54	27/01	Simone, Alckmin e Marina: Confirma ministros de Lula que foram a favor do impeachment de Dilma
T55	30/01	Alemanha promete doar R\$ 1,1 bilhão para ações ambientais nos cem primeiros dias do governo Lula
T56	31/01	Planalto adota silêncio sobre irregularidades e descarta sair em defesa de Juscelino Filho

Fonte: autoria própria

4.4 Análise: ministra também é política?

Nas 56 matérias que formaram o corpus consolidado da pesquisa, encontramos **169 seqüências discursivas** referentes ao nosso objetivo de pesquisa. A análise resultou em duas formações discursivas (FDs). São elas: **as**

ministras como agentes políticos (FD1) e políticas, mas não tanto quanto eles (FD2). Na reiteração desses sentidos, constatamos que as ministras são representadas enquanto agentes políticos que estão presentes e atuantes. Ainda que identificadas como tal, não possuem o mesmo tratamento que os políticos homens. Ao identificarmos as ministras como agentes políticos (FD1) encontramos três sentidos presentes nas 131 sequências discursivas (quadro 3): o de políticas gestoras, com 60 SDs, que administram seus respectivos ministérios; o de políticas articuladoras, com 55 SDs, que ativamente participam da política; e um sentido mais amplo, com 16 SDs.

Quadro 3: Formações discursivas encontradas nas sequências discursivas

Formações Discursivas (FDs)	SDs
FD1: Ministras como agentes políticos	131
→ Gestoras: 60	
→ Articuladoras: 55	
→ Sentido amplo: 16	
FD2: Políticas, mas não tanto quanto eles	38

Fonte: autoria própria

4.4.1 FD1: As ministras como agentes políticos

A partir dos sentidos reiterados na FD1, constatamos que o Estadão apresenta essas mulheres, de fato, enquanto agentes políticos que são. Então representadas como agentes políticos, criamos duas categorias de identificação a fim de compreender e visualizar melhor de que forma as ministras foram retratadas: **gestoras** e **articuladoras**. Enquanto gestoras, consideramos as SDs que tratam das ministras e sua relação com a administração das suas respectivas pastas, em uma função mais técnica do que política, além de seu papel enquanto porta-voz ou representante do governo federal. Já como articuladoras, elencamos as SDs cujo sentido trata da relação dessas mulheres com o campo político, que envolve articulações com o Congresso Nacional, ministérios e partidos, eleições e desvios (escândalos e polêmicas).

No sentido de gestoras, identificamos que em 77 SDs que expressam sentido político retratam essas mulheres como gestoras de suas pastas, como ilustramos com alguns exemplos abaixo:

Os primeiros atos realizados pela ministra do Meio Ambiente (MMA), Marina Silva, incluem o retorno de dois órgãos estratégicos para o comando da pasta. A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que hoje está debaixo do Ministério do Desenvolvimento Regional, passa a fazer parte do organograma do Meio Ambiente. (SD4)

Os atos fazem parte de uma **primeira leva de normas e decretos publicados por Marina Silva. A ministra também deve anunciar**, até a próxima quarta-feira, 4, **em sua cerimônia de posse, quem assumirá o comando da Autoridade Nacional de Segurança Climática**, nova autarquia que será abrigada no MMA. (SD5)

A nova ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, colocou fim a um dos atos do ex-ministro da pasta, Ricardo Salles, que institua um processo de “conciliação de multas” ambientais entre infratores e o Ibama. (SD8)

Antes mesmo de tomar posse, **Marina já assinou sua primeira medida: extinguiu ato que criava um processo de “conciliação de multas” ambientais** entre infratores e o Ibama. (SD12)

Ao anunciar os primeiros cinco nomes do seu “dream team” em rigor fiscal, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, disse que a prioridade é gastar bem com o pouco que se tem. Ela disse que o governo será rigoroso na decisão “do que gastar e como gastar”. (SD81)

A ministra teve hoje a primeira reunião de trabalho com a sua equipe. Segundo ela, serão feitos mais dois anúncios. Os nomes do presidente do IPEA e do IBGE, que ficaram sob o guarda-chuva do Planejamento, ainda não foram anunciados. (SD89)

Pelo lado da despesa, o plano prevê redução de R\$ 25 bilhões com revisão de contratos e programas do governo. **A ministra do Planejamento, Simone Tebet, reforçou que haverá uma reavaliação de políticas públicas do governo federal**, considerando que todos os órgãos deverão avaliar a necessidade de manutenção de contratos celebrados na gestão passada. “Não vão anular ou cancelar, mas analisar. Vão ter poder decidir se vão manter ou anular”, disse. (SD94)

Na lista de reclamações do União também está a de que o PT quer ocupar a estrutura de todos os ministérios, como o do Turismo. Acusada de ligações com a milícia no Rio, **Daniela do Waguiinho fez poucas indicações** até agora porque, na versão de seus aliados, os principais postos (*na sua pasta*) estão com a Embratur, comandada por Marcelo Freixo. (SD165)

Nos exemplos, as ministras são retratadas enquanto administradoras de seus respectivos ministérios, reforçando o sentido de que **ocupam** esse espaço dentro do governo e, nele, **atuam**. Em outros casos, são igualmente representadas enquanto gestoras que ocupam aquele espaço, mas também como **interlocutoras** do Executivo, legitimando sua posição:

A **ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, afirmou** nesta terça-feira, 17, que **o Brasil vai revisitar o acordo entre o Mercosul e a União Europeia**. Ela defendeu uma coalizão de ações para endereçar essa agenda e disse que **está tendo encontros bilaterais no Fórum Econômico Mundial, em Davos**, em prol de interesses do Brasil e também se países que formam o bloco da América do Sul. (SD31)

A ministra do Planejamento, Simone Tebet (MDB), **foi outra integrante do governo a minimizar a repercussão negativa das falas de Lupi** e os atritos gerados entre a pasta da Previdência e a Casa Civil. “Acho que foi mais uma forma de expressão do ministro da Previdência no sentido de estar avaliando algum item ou outro, mas repito que foi uma posição pessoal do ministro Lupi. Na sexta-feira nós vamos ter essa resposta na reunião ministerial que teremos”, **disse Tebet ao comentar que Lula não defendeu revisão da reforma previdenciária durante a corrida eleitoral**. (SD55)

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, **diz que o plano de ajuste fiscal anunciado na semana passada é a “cara” de onde o governo Lula quer chegar para reverter o rombo das contas públicas**. Ao Estadão, Tebet admite que o plano é insuficiente e que mais “alguns” terão de ser anunciados. Ela explica, porém, que as primeiras medidas fazem parte de um “combo” junto com a criação de uma nova regra fiscal e a aprovação da reforma tributária. (SD98)

Tebet diz que um rombo de 2% do PIB nas contas públicas é “inconcebível” e que **o grande recado do início do governo Lula foi justamente mostrar a preocupação em reverter esse quadro**. Ele **diz que a prioridade é reconstruir o planejamento e Orçamento no médio prazo**. Hoje, afirma, o Orçamento é um “elefante lento e pesado”. (SD100)

Percebe-se então que essas mulheres são também colocadas em uma posição na qual adquiriram o *status* de “falar” pelo país, como a Marina, ao afirmar que o Brasil “vai revisitar o acordo entre o Mercado Sul e a União Europeia”; ou Tebet, ao afirmar que determinada medida é “a cara” do governo. Entretanto, uma vez colocadas nessa posição, elas ainda atuam como *representantes* do governo ou da gestão, ainda que a notícia não seja favorável. É o que vemos nos exemplos a seguir:

O apoio à ministra por parte da família de um miliciano condenado por homicídio, durante a campanha eleitoral, provoca constrangimento ao novo governo. Mulher de Juracy Alves Prudêncio, o Jura, condenado e preso por chefiar uma milícia na Baixada Fluminense há pelo menos quatro anos, a ex-vereadora Giane Prudêncio fez campanha em 2018 e 2022 para a deputada, que agora integra o governo Lula. (SD111)

Essa não é a **primeira polêmica envolvendo ministros do União Brasil** convidados para participar do **governo Lula 3**. A ministra do Turismo, Daniela Carneiro (União Brasil), **recebeu apoio de milicianos** durante campanha em 2022, **votação que lhe rendeu o título de deputada federal mais bem votada no Rio de Janeiro**. (SD146)

Na semana passada, **Daniela do Waguinho**, nome eleitoral da ministra, virou **a primeira dor de cabeça do governo** do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Foram reveladas fotos de campanha em que ela aparece ao lado do miliciano Juracy Alves Prudêncio, o Jura, e da mulher dele, a ex-vereadora Giane Prudêncio. Como mostrou o Estadão, a ministra atribuiu a inimigos que desejam “queimá-la” a suspeita de que mantém elo político com o miliciano. (SD157)

Logo, quando são publicadas as informações de que a ministra Daniela Carneiro tem envolvimento com a família de milicianos, este fato leva a significados que são compartilhados, e o **constrangimento** (SD111), a **polêmica** (SD146), a **“dor de cabeça”** (SD157) não são somente *de la*, mas também do governo.

Na segunda categoria que compõe a FD1, chamada de articuladoras, identificamos que o discurso sobre essas mulheres também as apresenta enquanto políticas envolvidas em outros assuntos que não dizem respeito somente à administração do seus ministérios, mas, por vezes – e em alguns casos isso se dará exclusivamente – como personagens do emaranhado político, que articula tanto com os parlamentares quanto dentro do próprio governo federal; ou ainda são lembradas e mencionadas pelas suas relações partidárias ou sua atuação dentro de processos eleitorais, além de possíveis polêmicas e escândalos. Nas SDs em que as identificamos como agentes políticos, 44 foram categorizadas como **articuladoras**, a fim de trazer esses sentidos.

Até o momento, 25 ministros já tomaram posse no governo Lula, que terá 37 pastas. Entre aqueles que ainda pretendem realizar uma cerimônia de chegada ao cargo está **a ex-senadora Simone Tebet. Filiada ao MDB e terceira colocada na corrida presidencial, ela foi crucial na disputa do segundo turno**. Tebet será ministra do Planejamento, **após ser vetada por petistas para comandar o Desenvolvimento Social**. (SD13)

Em 2016, a relação **de Marina com o PT ainda estava abalada por causa da disputa presidencial de 2014** em que, como candidata, foi alvo de uma campanha de desinformação que tinha como objetivo desconstruir sua candidatura. (SD46)

Wellington Dias desbancou Simone Tebet na disputa pelo comando da pasta. Tebet sofreu resistência do PT, que vetou o seu nome sob o argumento de que a coordenação do Bolsa Família deveria ficar com um integrante do partido. A emedebista assumiu então o Ministério do Planejamento, uma das pastas resultantes da divisão do “superministério” da Economia. (SD54)

Percebe-se então que, mesmo que os ministérios sejam citados, o *jogo político* está em foco. A nomeação para a pasta é, além de tudo, uma escolha política e é sobre isso que as notícias tratam, muito mais do que o ministério em si ou de como e o que será feito pelas novas ministras no comando.

Simone Tebet **buscava uma posição com visibilidade política**, com capacidade de tocar programas e entregar diretamente à população, embora o Planejamento tenha perfil mais burocrático. Por isso a predileção pelo ministério que cuida do Bolsa Família. Desde a campanha eleitoral, Lula já dizia que Tebet permaneceria em Brasília para ajudá-lo no futuro governo, **indicando que desejava a aliada no primeiro escalão.** Mesmo **com dissidências e resistências internas no MDB, ela disputou a Presidência da República e seu mandato de senadora se encerra agora.** (SD69)

O Estadão apurou que uma **ala do próprio União Brasil, partido de Daniela, quer trocá-la** porque ela não foi uma indicação da bancada da Câmara. **O nome da ministra foi sugerido pelo presidente do União, deputado Luciano Bivar (PE), e pelo senador Davi Alcolumbre (AP).** O fato provocou contrariedade no partido, que também não gostou do fato de Alcolumbre ter indicado Waldez Góes, ex-governador do Amapá, para o Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional. Amigo do senador, Góes é filiado ao PDT, mas vai se afastar da sigla. (SD115)

A ministra Daniela do Waguinho foi sacada de última hora para compor o governo Lula. Não havia conversado antes com o presidente e soube que seria ministra na madrugada anterior ao anúncio. O nome dela foi uma indicação que passou pelo presidente da legenda, Luciano Bivar (União-PE), depois do impasse e do veto do PT ao líder da legenda, o deputado Elmar Nascimento (BA). Ele fez oposição a Lula e ao PT e é ligado ao presidente da Câmara Arthur Lira (Progressistas-AL). (SD121)

Entre os textos, em apenas um (T15), uma ministra aparece como uma das personagens principais na articulação, ganhando protagonismo, inclusive no título: “Marina Silva vai discutir com Rui Costa comando de principais órgãos ambientais”.

A ministra do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (MMA), **Marina Silva**, **tem uma conversa agendada com o ministro da Casa Civil, Rui Costa, para tratar do comando de órgãos e secretarias ligadas à pasta.** (SD21)

Marina, que foi uma das últimas ministras anunciadas pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva, **já tem nomes em mente para ocuparem órgãos como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio)**, principais executores das políticas públicas federais no setor, **mas quer levar o assunto, antes, para uma conversa com a Casa Civil.** (SD22)

A reunião da ministra com Rui Costa sinaliza que, para além da definição de pessoal técnico e servidores à frente dos órgãos ambientais, **ainda há acomodações políticas a serem feitas**, mesmo envolvendo parlamentares que são, historicamente, ligados à pauta ambiental, casos de Agostinho e Molon. (SD24)

Também classificamos com o sentido de articuladoras quando a ministra em questão foi tratada, ou sistematicamente lembrada, pelo seu cargo eletivo. Aqui, cabe lembrar que tanto Marina quanto Daniela foram eleitas em 2022 para um mandato na Câmara dos Deputados, e Tebet, antes de assumir o Planejamento, se despediu do seu mandato de oito anos enquanto senadora da República. Ainda assim, Marina foi chamada de “deputada” uma única vez.

O vice-presidente Geraldo Alckmin e **a deputada federal Marina Silva tomam posse de seus respectivos ministérios** nesta quarta-feira, 4. O ex-governador tucano, que migrou para o PSB, e a ex-petista, que se tornou uma das fundadoras da Rede, foram relevantes e simbólicos ao longo da campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na representação da aliança partidária criada para impedir a reeleição de Jair Bolsonaro. (SD9)

Tebet foi chamada de “senadora” ou “ex-senadora” seis vezes.

Tebet **ressaltou que apoiou Lula no segundo turno da eleição** porque o petista era o único candidato democrata na disputa, numa referência velada ao ex-presidente Jair Bolsonaro. **A senadora disse que pensou em não aceitar cargo na Esplanada, mas que recebeu um “convite especial” de Lula, que queria justamente visões diferentes nas pastas econômicas.** (SD61)

A atual ministra de Planejamento do governo Lula **é um dos nomes que defendeu o impeachment da ex-presidente Dilma.** Na época, a então senadora afirmou que estava paralisado. “Vivemos uma ingerência de

Poderes, um poder tentando atropelar o outro, como aconteceu com o presidente interino da Câmara”, disse, numa referência a Waldir Maranhão (PP-MA), que chegou a suspender a sessão realizada pela Câmara sobre o processo contra a presidente. (SD47)

Já Daniela teve sua posição como deputada federal lembrada 16 vezes, de diferentes formas. O discurso evidencia um tratamento diferenciado do jornal com Daniela em comparação com as outras duas ministras e deslegitima sua posição enquanto política que lidera, também, uma pasta no governo federal.

Mulher de Juracy Alves Prudêncio, o Jura, condenado e preso por chefiar uma milícia na Baixada Fluminense há pelo menos quatro anos, a ex-vereadora Giane Prudêncio (PTN) fez campanha eleitoral em 2018 e em 2022 **para a deputada Daniela Carneiro, nomeada ministra do Turismo pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.** (SD105)

Daniela Carneiro foi a mais votada deputada federal do Rio, no ano passado. Teve 213.706 votos, com base política na Baixada Fluminense. Na campanha, **ao lado do marido**, o prefeito de Belford Roxo, Wagner Carneiro, o Waguiinho, **aliou-se a Lula e ao PT.** (SD118)

Daniela chegou à Câmara dos Deputados em 2018 e foi reeleita em outubro passado, como campeã de votos. Com 213.706 votos, foi a representante fluminense na Câmara de maior votação em 2022 – batendo até mesmo o general Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde e nome de destaque do bolsonarismo, que recebeu 205.324 votos. (SD130)

Em mais de uma SD as ministras foram retratadas tanto como **gestoras** quanto como **articuladoras**, ainda que o primeiro sentido, separadamente, tenha sido mais recorrente. É o exemplo da relação da ministra Daniela Carneiro com Marcelo Freixo, o qual foi indicado por ela, administradora da pasta. O gesto, entretanto, é puramente político.

No cargo, ela teve que aceitar a indicação do deputado Marcelo Freixo (RJ) para a presidência da Embratur. Ele deixou o PSB e filiou-se ao PT após assumir o cargo. Ao anunciar a nomeação, **a ministra disse que Freixo fora convidado por ela.** Ele atuava no grupo temático de turismo do gabinete de transição e era um dos nomes que disputava a indicação para o ministério. (SD123)

Relembramos que, ao categorizarmos os modos de atuação das ministras, não estamos atribuindo juízo de valor, mas propondo o questionamento sobre a posição que essas mulheres ocupam dentro da política e qual posição o Estadão e o discurso o jornalístico conferem a elas.

4.4.2 FD2: Políticas, mas não tanto quanto eles

Ainda que o discurso do Estadão construa essas mulheres como agentes políticos, identificamos *deslizamentos de sentido* que formaram um segundo núcleo de sentidos, a FD2: Políticas, mas não tanto quanto eles. Em diferentes momentos os textos são construídos de modo que as ministras aparecem em “segundo plano”, mesmo quando as notícias dizem respeito a elas ou suas áreas. Isso ocorre porque, além de possuírem menos espaço dentro das reportagens, por vezes seus nomes são reiteradamente associados a homens. Em outros casos, as ministras ainda precisam se reafirmar naquele espaço e a credibilidade delas, mesmo que reconhecida pelo jornal, precisa ser constantemente confirmada por fontes “mais especialistas”. Esse entendimento ganha força quando observamos que das 56 matérias analisadas, em apenas 22 as ministras são fontes ou ganham espaço de fala.

Os deslizes foram observados em notícias com as três ministras, entretanto, com cada uma das representantes, particularidades diferentes foram notadas. Falaremos delas a seguir:

a) Como indicamos na FD1, e exemplificamos nas SDs seguintes, a ministra **Marina Silva** é retratada enquanto autoridade na área ambiental e suas medidas dentro da pasta do Meio Ambiente são descritas positivamente.

Com cada canto do Palácio do Planalto tomado por centenas de pessoas que queriam acompanhar a sua cerimônia de posse, Marina Silva assumiu nesta quarta-feira, 4, o cargo de ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). Depois de ter **deixado o ministério 14 anos atrás**, no segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Marina retorna ao comando do MMA com a missão de retomar o protagonismo do Brasil na defesa ambiental, com a reinserção do País na comunidade internacional. (SD14)

O drama da falta de água na Volta Grande do Xingu, que passou a ser um problema efetivo em novembro de 2015, quando a Norte Energia fechou a barragem principal da usina, sempre foi objeto de estudos e alertas que antecedem a concepção de Belo Monte e seu processo de licenciamento. **As críticas vieram, inclusive, da atual ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, que sempre expôs as controvérsias do empreendimento quando foi ministra da mesma pasta** até 2008, no segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. (SD25)

Em fevereiro de 2010, quando Belo Monte ainda era um projeto em fase de licenciamento, **Marina escrevia um artigo publicado na Folha de S.Paulo, para afirmar que “a população indígena ficará prensada nas cabeceiras dos rios da bacia, em processo acelerado de exploração econômica e desmatamento” e que “a barragem, além de interromper o fluxo migratório de várias espécies, vai alterar as características de vazão do rio”. A ministra estava correta.** (SD26)

No entanto, fica bastante reiterado no discurso que sua credibilidade é, ou precisa ser, confirmada por outras fontes, o que nos leva a essa segunda FD.

O ministro norueguês do Clima e Meio Ambiente, Espen Barth Eide, **comemorou a decisão e disse que espera uma renovação da parceria sobre clima e florestas com o Brasil e uma estreita e boa cooperação com Marina Silva.** (SD2)

Estadão: Nos últimos anos, o Brasil ficou isolado no exterior e foi bastante criticado por sua postura ambiental. Teremos a presença **da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva**, em Davos. **O que isso representa?**

Luiz Carlos Trabuco Cappi (entrevistado): A Marina sendo uma embaixadora dessa nova política ambiental que o Brasil vai perseguir, com certeza, será uma das estrelas de Davos porque ela tem credibilidade. Cria expectativa de uma virada muito intensa na política ambiental brasileira. **O prestígio e a coerência dela são uma sinalização importante para o Brasil.** Agora, essa mudança de tema, de foco, é auspiciosa porque traz o Brasil para uma nova agenda. (...) (SD30)

“Confiamos na ministra Marina e no presidente Lula para que o Brasil tenha condições de diminuir o desmatamento e apresentar projetos sustentáveis”, disse a ministra alemã. (SD52)

Logo, percebe-se que a ministra, muito em função da sua longa trajetória política e ativismo na causa ambiental, conquistou seu espaço na imprensa enquanto autoridade no assunto e no cargo que ocupa (e que já ocupou antes). Entretanto, quando sua relação com o presidente Lula é citada, por vezes são utilizadas escolhas discursivas questionáveis, que não são usualmente empregadas quando os ministros homens então em tratativas. Como nos exemplos:

Uma das últimas ministras a serem nomeadas por Lula, **Marina conseguiu convencer o presidente a adotar, praticamente, todas as propostas de sua agenda para reestruturar o MMA** e que havia planejado, antes mesmo, de fazer parte da equipe de transição. Foi no momento em que Marina esteve com Lula, ainda durante a campanha eleitoral, que **a agora ministra colocou sobre a mesa de negociação as suas condições para que apoiasse a candidatura do petista.** (SD17)

Até oficializar a sua nomeação como ministra, Lula chegou a cogitar a ideia de que a Autoridade Climática ficasse fora do MMA e que fosse uma secretaria especial vinculada à Presidência da República. **Marina, no entanto, explicou que se tratava de um órgão técnico, e não político. Logo, não teria sentido colocá-lo fora do MMA. Convenceu.** (SD18)

Se Marina possui credibilidade sobre o assunto e é objetivo do governo Lula fazer uma política de preservação ambiental, por que então a ministra precisaria *convencê-lo*? Claro que pode, de fato, ter ocorrido um movimento de persuasão, mas é importante pontuar que, ao utilizar o verbo “convencer”, o sentido construído é de insistência e contrariedade.

Em outros momentos, a ministra também é colocada *não* como articuladora dentro dos ministérios, mas sim como uma gestora que *dificulta* o trabalho das outras pastas.

A indústria insiste na necessidade de mudança no licenciamento ambiental para garantir que este instrumento não apenas promova a conservação do meio ambiente, mas também assegure as condições ao desenvolvimento socioeconômico. Tema sensível para **os ambientalistas do novo governo**, mas que **Alckmin e Marina Silva, ministra do Meio Ambiente, prometem azeitar as relações. Marina fez um importante aceno** e disse que o discurso de posse do vice foi “impecável”. (SD20)

A pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro disse que vai conversar com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, para destravar as obras da ferrovia conhecida como Ferrogrão, de 933 quilômetros, ligando Sinop (MT) a Miritituba (PA) para escoamento da safra de grãos. A obra enfrenta **percalços por causa dos impactos ambientais da construção**. Renan Filho criticou o nome dado de Ferrogrão para a ferrovia. “Parece que é algo que vai contra o meio ambiente”, disse. (SD42)

Renan Filho informou que a meta é elevar para 40% a participação do modal ferroviário na matriz logística até 2035 – hoje, as ferrovias correspondem a menos de 20% da matriz. Segundo o ministro, o aumento das ferrovias vai modernizar a logística, aumentar a competitividade e a segurança das rodovias. Ele anunciou que **irá revisar o marco regulatório de ferrovias e conversará com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, para destravar o Ferrogrão**. (SD43)

b) A ministra do Planejamento, **Simone Tebet**, também parece ter seu lugar consolidado no jornal, como exemplificamos a seguir. Não só porque aparece mais vezes enquanto fonte, mas porque também teve direito a uma longa entrevista (T41) cujas perguntas focaram no aspecto econômico (se referindo a sua pasta) ou

político, em sua grande maioria, não adentrando a esfera pessoal - o que muitas vezes se observa na comunicação com as mulheres que estão na política.

A retórica política de Lula - que também gerou debate nas redes sociais - não impediu que o atual presidente convidasse sete políticos com opiniões favoráveis à cassação de Dilma, à época, para integrar seu terceiro mandato. Um deles, inclusive, compôs a chapa eleita à Presidência: o vice-presidente e ministro da Indústria, Desenvolvimento e Comércio, Geraldo Alckmin. Então filiado ao PSDB e governador de São Paulo, ele defendeu abertamente o impedimento de Dilma. **A lista conta também com dois nomes que foram de extrema importância na campanha do segundo turno do petista: as ministras Simone Tebet e Marina Silva.** (SD44)

O diagnóstico é conhecido. O Orçamento do governo federal chegou a um grau de complexidade tão grande que essa situação vem funcionando como arma para “enganar” quem não conhece os seus meandros. Alguns caminhos para essas mudanças – a partir de uma revisão do processo orçamentário e do aprimoramento de avaliação do gasto público – foram sugeridos pelo chamado Grupo dos Seis, que preparou um documento com sugestões para o novo governo com ideias que contribuíram para o programa econômico da então candidato Tebet nas eleições. No grupo, estavam Persio Arida, que participou do governo de transição, e Bernard Appy, que será secretário de Haddad. **Se for bem-sucedida, deixará (Tebet) uma marca.** (SD66)

A melhora da percepção de risco político e fiscal no Brasil após os atos golpistas do último domingo, 8, sustenta a retirada dos prêmios sobre os ativos brasileiros, segundo agentes de mercado. Cresce a aposta de reversão em desonerações, como as da gasolina e do etanol, para vitaminar os cofres públicos. Neste ambiente, **falas da ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, garantindo o rigor com gastos e a sinergia com o chefe da Fazenda, Fernando Haddad, agradaram** adicionalmente. (SD90)

Apesar disso, suas divergências com a gestão petista são reiteradamente citadas, assim como seu discurso de compromisso com as contas públicas. Juntos, eles contribuem para um sentido de distanciamento da ministra e do governo.

Na **primeira fala como ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet (MDB-MS), admite que há divergências de pensamentos na equipe econômica do presidente** Luiz Inácio Lula da Silva (PT), **mas fala em “deixá-las para depois”.** Ela se comprometeu com a **responsabilidade fiscal e o controle dos gastos públicos** e disse que a equipe terá um perfil “austero, mas conciliador”. (SD57)

A senadora não era a opção de Haddad no Planejamento, que preferia um governador. O Planejamento não era o desejo dela na Esplanada. Os dois, porém, já acertaram que trabalharão juntos na implementação de uma política efetiva de avaliação de gastos (“spending review”, no termo em

inglês) em dobradinha com um regra fiscal que dê previsibilidade para as contas públicas, como antecipou o Estadão. (SD67)

Vista no mercado como um anteparo à adoção de medidas heterodoxas na economia, Simone Tebet quer priorizar uma mudança na gestão de gastos públicos. À frente do Planejamento, ela deve dar gás ao Conselho de Monitoramento de Avaliação de Políticas Públicas (CMAP), responsável por avaliar a eficácia das políticas de subsídios e de gastos diretos, mas que desde a sua criação não disse a que veio. Não basta apresentar os diagnósticos. Tem de ter poder político para mudar as políticas que não deram certo e aquelas que precisam melhorar. (SD65)

No cenário doméstico, embora sem muitas novidades, a **primeira reunião ministerial** convocada pelo presidente Lula **foi bem recebida pelo tom unificador e pacificador**, no dia seguinte à **ministra do Planejamento, Simone Tebet (MDB)**, ter **expressado publicamente, ainda que de forma conciliadora, diferenças de ponto de vista com relação ao titular da Fazenda, Fernando Haddad (PT)**, no momento em que o mercado segue muito atento à condução da política fiscal. (SD74)

Essa metodologia de mudança na gestão de gastos públicos tem sido a **aposta da ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet**, que criou uma Secretaria de Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas e um conselho de acompanhamento de risco fiscal e judicial. Em entrevista ao Estadão, ela **reconheceu, porém, que sua atuação na revisão de gastos tem um “limite”: a agenda política de Lula.** (SD104)

Além disso, a ministra tem menos voz nas matérias econômicas, nas quais o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), se sobressai, mesmo naquelas em que o Planejamento, pasta comandada por ela, é diretamente envolvido e ativo. Na matéria do plano de reajuste fiscal (T35), que foi intitulado de “plano Haddad”, ambos fazem o anúncio, mas Tebet “ganha uma aspa” e uma citação indireta, em dois parágrafos ao final da notícia, por exemplo. A foto ilustrada foca em Haddad, com a ministra desfocada ao lado. No T37, a ministra também ganha espaço apenas ao final da notícia, mesmo que Haddad não apareça nesta. A foto, entretanto, é semelhante, colocando o ministro em foco. O “tom” da matéria é de desconforto com a medida. Assim, o discurso construído pelo jornal é de que a ministra ocupa uma posição secundária, inferior.

Nesse sentido, é importante lembrar que o jornalismo atua enquanto um mediador da realidade, reproduzindo os fatos que nela ocorrem e, portanto, não é ele o *responsável* por eles. Logo, compreendemos que dentro de uma estrutura de governo alguns ministérios possuem, por si, mais relevância que outros – e, conseqüentemente, o ministro ou a ministra que fica sobre seu comando também adquire um papel de protagonismo ante outras pastas. Entretanto, como já

afirmamos, o campo político e o campo jornalístico têm uma relação direta de causa efeito, como reforça Mota e Biroli (2014):

Ainda que não existam restrições legais à participação feminina na vida política, uma parcela pequena das mulheres opta por essa participação, e uma parcela menor ainda alcança êxito em eleições. [...] A mídia é um dos atores na conformação, na naturalização e na reprodução de tal cenário. Ainda que complexa em sua conformação e com graus de influência variáveis, sua centralidade nos processos sociais e políticos é inquestionável. Em constante interação com o campo da política, a mídia tem um papel significativo na reprodução de representações sociais que têm impacto na definição das prioridades políticas e da percepção mais ampla da política e dos(as) políticos(as). Atua, também, na definição dos limites das disputas em contextos determinados, na legitimação de atores e posições político-ideológicas. Participa, assim, de processos que confirmam a “partilha” desigual do poder (2011, p. 200).

Portanto, ainda que possa ser naturalizado que a ministra Simone Tebet ganhe menos espaço ou que seja atrelada ao ministro Haddad em função do ministério que cada um chefia, os exemplos corroboram com a visão de distanciamento entre a ministra e seus colegas (e do governo petista como um todo) bem como uma possível sensação de inferioridade. Isso pode ser notado quando a ministra precisa reafirmar sua posição, aliança e comprometimento com o governo mais de uma vez para confirmar sua posição enquanto líder³⁶.

“Eu não vi em nenhum momento na campanha, no segundo turno, quando andei com o presidente Lula durante boa parte do segundo turno, essa agenda de uma possível revisão da reforma da previdência sendo colocada. Nem no programa do governo, nem na fala do presidente”, disse. (SD56)

No anúncio, **a ministra fez questão de voltar a ressaltar a importância do seu ministério e que está trabalhando em total sinergia com outras áreas do governo.** Ponderou, no entanto, que isso não significa que não haverá ideias diferentes e debates nas discussões de portarias e decretos. “É assim que funciona. Não tem nada a ver com questão ideológica e muito menos partidária”, afirmou ela, que não respondeu perguntas. (SD84)

Ao ser questionado sobre a nova regra fiscal em discussão no governo, a ministra disse apenas que tem conversado com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. **E acrescentou que está sendo chamada quase todos os dias para reuniões que tratam de todos os assuntos interministeriais.** (SD85)

³⁶ Em julho, durante a produção desta pesquisa, o podcast Café da Manhã, da Folha de São Paulo, publicou um episódio sobre os bastidores da relação entre Tebet e Haddad. Segundo informações, a ministra estaria, de fato, “perdendo espaço” para o ministro da Fazenda e ficando em segundo plano tanto nas negociações com o Congresso quanto na sua atuação na Esplanada, ganhando menos destaque e aparecendo menos. O episódio está disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/podcasts/2023/07/podcast-conta-bastidores-de-relacao-haddad-e-tebet-entre-sintonia-e-ruídos.shtml>.

Além disso, das três ministras analisadas, Tebet foi a única que citou questões ligadas à pauta de gênero. A ministra anunciou que pelo menos metade das secretarias do seu ministério seriam comandadas por mulheres. A fala, porém, rendeu à ministra cobranças quanto à maior diversidade. Cobranças essas que não foram feitas às outras ministras analisadas (inclusive porque, no que diz respeito à Daniela, pouco se falou sobre sua atuação enquanto ministra) e tampouco parece a outros ministros homens.

“[Serão] dois homens e duas mulheres. Pelo menos a cota de gênero eu consegui alcançar”, disse a ministra no Senado. Na semana passada, Tebet havia afirmado que **estava com dificuldades de montar uma equipe diversa**. (SD78)

A ministra contou que vai trabalhar também para garantir maior diversidade de raça e gênero e tem conversado com a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, e do grupo “Elas no Orçamento” para aumentar a representatividade na equipe. (SD83)

Tebet vinha sendo cobrada pela ausência de profissionais negros na linha de frente da pasta. Em entrevista ao Broadcast Político do dia 11 de janeiro, ela disse que divulgaria nesta semana uma nova leva de indicações, com maior diversidade. (SD103)

É disso, das três ministras analisadas, Tebet foi a única que citou questões ligadas à pauta de gênero.

c) À ministra do Turismo, **Daniela Carneiro**, cujo envolvimento com milicianos foi revelado ainda nos primeiros dias de governo, foi conferido um único sentido pelo discurso do Estadão: o de esposa. Apesar do seu marido, Wagner Carneiro (conhecido como Waguinho), também aparecer como elemento nas polêmicas, uma vez que foi revelado seu envolvimento com a milícia e, em função disso, sua frequência nas notícias ser tão recorrente, o discurso evidenciou que Waguinho é reiteradamente citado, ainda que as matérias não digam respeito a ele. Além disso, os termos como “casal”, “esposa de” e “marido de” também são empregados com frequência, o que, novamente, limita o espaço daquela ministra atrelando-a a um personagem homem.

A relação é apontada como sinal de proximidade de **Daniela e do marido, o prefeito de Belford Roxo, Wagner Carneiro, o Waguinho** (ambos do União Brasil), com o acusado. O casal de políticos se ligou ao PT no ano

passado. A ministra, em nota, minimizou sua eventual relação política com Jura, que foi contratado pela prefeitura de Belford Roxo na gestão Waguinho. (SD106)

Daniela Carneiro foi a mais votada deputada federal do Rio, no ano passado. Teve 213.706 votos, com base política na Baixada Fluminense. Na campanha, **ao lado do marido**, o prefeito de Belford Roxo, Wagner Carneiro, o Waguinho, **aliou-se a Lula e ao PT**. (SD118)

Ex-sargento da Polícia Militar fluminense, Jura cumpre pena de 26 anos de prisão – atualmente, em regime semiaberto – pelos crimes de associação criminosa e homicídio. Ele chegou a ser nomeado na prefeitura de Belford Roxo para um cargo comissionado, quando **o marido da ministra** já era prefeito. (SD119)

A irmã e o pai do terceiro-sargento bombeiro Márcio Pagniez, o Marcinho Bombeiro, acusado de integrar uma milícia na Baixada Fluminense, foram nomeados pelo prefeito Wagner Carneiro (União Brasil), o Waguinho, para cargos na prefeitura de Belford Roxo. Os parentes de Marcinho apoiaram a campanha da ministra do Turismo, **Daniela Carneiro (União Brasil), mulher de Waguinho**. (SD137)

Seu nome é mencionado, inclusive, porque o jornal continua utilizando o nome de urna da ministra, “Daniela do Waguinho”, ainda que a mesma tenha preferido ser anunciada como Daniela Carneiro.

Deputada federal mais votada no Rio no ano passado, **a ministra foi indicada pelo União Brasil**, partido que abriga adversários de Lula, como o senador eleito Sérgio Moro (União-PR) e também apoiadores, como o presidente da sigla, Luciano Bivar. **Daniela é mulher do prefeito de Belford Roxo, Waguinho**. Ao assumir o ministério, **quis ser anunciada como Daniela Carneiro. Ela e Waguinho apoiaram Lula na disputa**, num reduto bolsonarista. (SD110)

Em 18 matérias, o termo “Daniela do Waguinho” é utilizado 16 vezes. Inclusive em títulos, como o do T28: Daniela do Waguinho repassou R\$ 364 mil para empresa de ex-beneficiária do Auxílio Emergencial. Alguns exemplos:

A ministra do Turismo, Daniela do Waguinho (União-RJ), informou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que tem R\$ 180 mil em dinheiro vivo. O patrimônio declarado da deputada, que **assumiu a pasta nomeada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT)**, é de R\$ 733.291,22. Em 2018, Daniela informou ter R\$ 450.817mil sem nenhum valor em espécie. (SD109)

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva avalia não haver fatos para substituir a ministra do Turismo, Daniela Carneiro. Em conversas reservadas, Lula disse não ter visto nada que desabone a ministra, embora ela tenha recebido apoio de milicianos na campanha. Lula sempre condenou a aproximação de Jair Bolsonaro, hoje ex-presidente, com integrantes da

milícia. Na sua avaliação, porém, **Daniela do Waguinho** – como é conhecida – pode ter sido vítima de fogo amigo. (SD114)

Em outra mensagem, a ministra, conhecida como **Daniela do Waguinho**, admitiu o desconforto com o noticiário, que revelou a participação do da família do miliciano Juracy Alves Prudêncio, o Jura, em campanhas políticas dela e na **gestão do marido**, o prefeito de Belford Roxo, Wagner Carneiro, o Waguinho. (SD133)

Assim, ainda que nomeada ministra do Turismo e eleita deputada federal, Daniela também é *casada com Waguinho*, sendo essa uma afirmação tão repetida que ultrapassa as necessidades jornalísticas de contexto e avança a linha da esfera privada, à qual as mulheres são frequentemente associadas. Por isso, levantamos, novamente, um questionamento: o discurso produzido sobre o prefeito de Belford Roxo, *Waguinho*, o colocaria “tão casado” com Daniela, ministra do Turismo, quanto ela é com ele?

Em nenhuma matéria analisada no mês de janeiro a ministra Daniela Carneiro foi utilizada enquanto fonte. Apesar disso, foram contabilizadas as vezes em que o jornal utilizou a nota divulgada pelo Ministério do Turismo em defesa da ministra nos casos de envolvimento com a milícia e quando falas ou atitudes da ministra, como no T13, repercutiram em reportagens.

Assim, apesar das particularidades de sentido identificadas em cada uma das ministras analisadas, entendemos que em todos os casos essas mulheres são colocadas em “segundo plano”, uma vez que precisam reafirmar o seu espaço e sua credibilidade, além de serem constantemente associadas e por vezes apagadas por personagens masculinos - por isso ajudam a consolidar a FD2. Esse sentido, porém, não é construído unicamente por meio do texto verbal. Observamos que outros elementos que estruturam a notícia, como a escolha das fotos que ilustram a matéria e o silenciamento delas enquanto fontes, atribuem “pequenos sentidos” que acabam por confirmar que, por mais que elas estejam ocupando aquela posição, sua imagem não é retratada tal qual os políticos homens.

Além das notícias, o espaço que o jornal confere *ou não* a essas mulheres ministras contribui para corroborar com essa análise, assim como as oportunidades de “ter acesso a voz”. Apesar de não integrar o corpus por ser um espaço opinativo, a coluna assinada por J. R Guzzo, publicada durante o período da nossa análise, é

um exemplo. Intitulada “Marina Silva espalha fake news em Davos sobre fome no Brasil”³⁷, o jornalista faz as seguintes afirmações:

A ministra Marina Silva, escolhida pelo presidente Lula para cuidar do meio ambiente no Brasil, **disse na reunião internacional de Davos que há “120 milhões de pessoas” passando fome no Brasil este momento. É uma mentira irresponsável, agressiva e mal-intencionada. A ministra não apenas oferece ao mundo um número falso – é uma contrafação que vai no exato contrário da atual realidade dos fatos.** Qualquer dos diversos Ministérios da Verdade que existem ou estão em projeto no Brasil de hoje chamaria isso, aos gritos, de “fake news”; como só se escandalizam com as notícias que não gostam, essa vai passar batido. Mas não deixa, por isso, de ser uma mentira de primeiro, segundo e terceiro grau.

O Brasil, na carta oficial das ficções da esquerda, tinha até outro dia “33 milhões de pessoas” com fome, um disparate fabricado para uso na campanha eleitoral e desvinculado de qualquer relação com as realidades mais evidentes. **A ministra, ao que parece, decidiu que essa cifra não é suficientemente ruim para os seus propósitos; aumentou a desgraça por quatro, de um momento para outro**, e tentou mostrar um Brasil em estado terminal de miséria para a plateia de milionários entediados que vai à Suíça uma vez por ano para lamentar os problemas do capitalismo. **O que disse não tem pé nem cabeça. Os “120 milhões” de famintos são mais que um número errado – são simplesmente uma estupidez**, como seria descrever um homem que tem oito metros de altura ou um cavalo que corre a 1.000 quilômetros por hora.

Não existe fome acima da linha da miséria, nem “insegurança alimentar”, como se diz hoje. **A ministra Marina mente, apenas, e mente com uma mentira na qual é tecnicamente impossível acreditar. É este o padrão de seriedade dos extremistas que estão na alma do governo Lula**

Nesse caso, mesmo não sendo do corpus, é importante destacar que o Estadão não concedeu à Marina um espaço de reparação ou resposta.

Portanto, fica evidente que o discurso do jornal coloca essas mulheres enquanto agentes políticos, assim como constatado através da FD1, o que é importante em termos sociais. Entendendo que uma formação discursiva é o que pode e deve ser dito em determinado contexto, seria esperado que um jornal de referência como o Estadão construísse um sentido como esse. Se não o fizesse, estaria desconsiderando avanços importantes no debate social e, mais ainda, a luta, ainda necessária, para aumentar a representatividade feminina nas esferas de poder. Esse discurso, todavia, também é falho, visto que reiteradamente coloca essas mulheres em segundo plano, atribuindo a elas um significado menor que o conferido aos seus colegas do gênero masculino. Com a presença feminina cada

³⁷ Coluna do dia 18 de janeiro de 2023, disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/j-r-guzzo/marina-silva-espalha-fake-news-em-davos-sobre-fome-no-brasil/>>.

vez maior (ainda que esse avanço caminhe a passos lentos) na política, a exemplo do próprio governo do presidente Lula, com 11 ministras, cabe ao jornalismo, enquanto discurso público que ajuda a retratar a realidade, apresentar essas mulheres tais quais as posições que ocupam, assim como se faz, sem questionamentos ou desvios, com os homens.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os avanços obtidos historicamente através das lutas sociais permitem que tenhamos, em 2023, a presença de mulheres nas mais diversas camadas da esfera pública. Seja no Poder Judiciário, Legislativo ou Executivo, a presença feminina, ainda que minoritária, é notada e, cada vez mais, exigida. A nomeação de 11 ministras, pela primeira vez desde a redemocratização do país, é um exemplo disso. Assim, ainda que minoritárias, as mulheres adentram o campo político e ali se fazem presentes. Apesar disso, os obstáculos para ingresso na política e as dificuldades encontradas no meio permanecem.

Nesse âmbito, o jornalismo tem papel central. Não apenas porque atua enquanto um mediador da realidade, mas porque ao fazê-lo provoca reações no campo político, incluindo uma contribuição na perpetuação do sistema atual.

A análise dos sentidos no discurso do Estadão sobre as ministras Daniela Carneiro, Marina Silva e Simone Tebet nos permitiu chegar a duas formações discursivas: FD1 - **as ministras como agentes políticos** e FD2 - **políticas, mas não tanto quanto eles**. Pensando na camada ideológica que constrói esses sentidos, a FD1 nos mostra que o jornalismo feito pelo veículo acompanhou os avanços de inserção das mulheres na política e trata essas ministras enquanto agentes políticos que são. Apesar disso, a formação ideológica que embasa a FD2 demonstra que o jornal não as coloca em patamar igualitário ao de seus colegas dentro da Esplanada. Esse desvio é percebido através da análise do todo: para além do texto, a escolha das fotos e a periodicidade com que essas políticas são fontes, mesmo quando a notícia trata de algo diretamente ligado a elas, indicam que o jornalismo, assim como o campo político, confere a essas mulheres uma posição secundarizada. Como ocorre de muitas formas na sociedade a todo momento com as mulheres, as ministras também precisam comprovar que podem ocupar aquele espaço e, muitas vezes, são consultadas outras fontes - homens - para dizer que elas têm capacidade de estar ali.

O período escolhido pela pesquisa e o recorte de três das 11 ministras foi pensado buscando compreender se o espaço concedido pelo Estadão era diversificado e igualitário, o que se provou contrário. O jornal constrói para o leitor o sentido de que mulheres como Marina Silva e Simone Tebet são, de fato, ministras

de Estado que têm legitimidade para estarem ali e atuarem dentro do governo, inclusive respondendo por ele. Esse “tratamento” conferido a elas é resultado, entretanto, da longa trajetória política de ambas e dos temas sobre os quais elas estão ligadas, uma vez que no campo político possuem mais valor e espaço aquelas mulheres ligadas a temas que, naturalmente, *não são* destinados a mulheres.

Acumular capital político, para uma mulher, significa aproximar-se do padrão considerado “masculino” de escolha temática. De fato, os dados sinalizam com clareza que, à medida que o capital político cresce, o parlamentar tende a se dedicar mais à política *hard* (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 116).

Já Daniela Carneiro não detém o mesmo “tamanho” das outras duas ministras. Nesse sentido, Miguel e Biroli (2011) apontam para a hierarquização do campo político, ao afirmarem que dois deputados, ainda que iguais entre si, “diferem quanto ao prestígio, à influência e à capacidade de gerar efeitos políticos” (2011, p. 8). Soma-se a isso a divulgação, ainda na primeira semana do novo governo, de que ela e sua família mantinham relações com milicianos no Rio de Janeiro. Logo, Daniela teve um sentido de coadjuvante, ainda que político. As polêmicas fizeram com que no início de julho a ministra deixasse o cargo.

Partindo dessas constatações, fica uma possibilidade de estudo comparativo entre o discurso sobre as ministras e os ministros, para visualizarmos no discurso textual e verbal como se dá essa construção das diferenças. Além disso, caberia também, em futuras pesquisas, averiguar o tratamento dado no discurso jornalístico para o ministro Juscelino Filho (União Brasil) e comparar com o dado à Daniela. Juscelino também teve seu nome envolvido com escândalos que vão desde a utilização do orçamento secreto para benefício de familiares até ocultação de patrimônio³⁸, mas, até a finalização deste trabalho, Juscelino se mantinha no cargo, ao contrário da ministra. Portanto, acreditamos que cabe um olhar atento para a forma que a política pune as mulheres e, conseqüentemente, como isso é retratado pelo jornalismo.

³⁸ Disponível no link:

<<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/02/28/juscelino-filho-ministro-das-comunicacoes-acusacoes.htm>>. Acesso em 6 de agosto 2023.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. *Revista de Sociologia e Política*, [S.L.], n. 24, p. 193-215, jun. 2005.

AZEVEDO, Fernando Antônio. Agendamento da política. In: RUBIM, A. A. C. **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. São Paulo: Editora Unesp, 2004a, p. 41-71.

AZEVEDO, Fernando Antônio; CHAIA, Vera Lúcia Michalany. O Senado nos editoriais paulistas. (2003-2004). In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (org). **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

BENETTI, Marcia. Análise do discurso: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia (org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

BENETTI, Marcia. O jornalismo como gênero discursivo. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 15, p. 13-28, jun. 2008.

BENETTI, Marcia. **Os vínculos dos leitores com o jornalismo: emoção, ethos e leitura como prática discursiva**. Projeto de pesquisa apresentado ao CNPq. Porto Alegre: UFRGS, 2014.

BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre: Editora Da Universidade do Rio Grande do Sul, 1998.

BIROLI, Flávia. Mulheres e política nas notícias: Estereótipos de gênero e competência política. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [S.L.], n. 90, p. 45-69, set. 2010.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5, p. 193-216, jul. 2011.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt; BRASIL, Felipe Gonçalves. Agenda-setting: mídia e opinião pública na dinâmica de políticas públicas. **Compolítica**, [S.L.], v. 8, n. 1, p. 123-146, 12 ago. 2018.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2007.

MORALES, Hortensia Rodriguez. LA CULTURA DE LOS DERECHOS HUMANOS EN EL ÁMBITO EDUCATIVO. **Revista Quaestio Iuris**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 2904-2925, 16 out. 2017.

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de codificação em jornalismo**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A atualidade no jornalismo**: bases para sua delimitação teórica. Tese (Doutorado) - Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A Fabricação do presente**: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão: Editora UFS/Fundação Oviedo Teixeira, 2005.

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher?** Mulheres negras e o feminismo. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2019.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**: o que os profissionais devem saber e o público deve exigir. Porto: Editora Porto, 2001.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LOLATTO, S. Aspectos culturais que dificultam a participação das mulheres na política eleitoral e sua relação com as esferas público-privada. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 13, n. 3, p. 156–178, 2019.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2008.

MARTINS, Franklin. **Jornalismo político**. São Paulo: Contexto, 2005.

MEDITSCH, Eduardo. O jornalismo é uma forma de conhecimento? **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 1997.

MELO, J. M. DE. Jornalismo Político: Democracia, Cidadania, Anomia. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 15, n. 35, p. 90-94, set. 2008.

MIGUEL, Luis Felipe. BIROLI, Flávia. **Caleidoscópio convexo: Mulheres, política e mídia**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

MIGUEL, Luis Felipe. FEITOSA, Fernanda. O Gênero do Discurso Parlamentar: Mulheres e Homens na Tribuna da Câmara dos Deputados. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 201-221, 2009.

MIGUEL, Luís Felipe. O jornalismo como sistema perito. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 11, n. 1, 1999.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Comunicação e política: um campo de estudos e seus desdobramentos no Brasil. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (org). **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: Editora Hucitec, 2010. p. 7-24.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flavia. Gênero e política no jornalismo brasileiro. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 38, p-28-39, 2008.

MIGUEL, Luis Felipe.; BIROLI, Flávia. . **Visibilidade na mídia e campo político no Brasil**. Revista Dados. Rio de Janeiro. p. 695-735. 2010

MIGUEL. Luis Felipe. **Política e mídia no Brasil**. Brasília: Plano Editora, 2002.

MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política : uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MOLOTCH, Harvey; LESTER, Marilyn. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999.

NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo**. Porto: Porto Editora, 2003.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2007.

PAIVA, Raquel. **Política: Palavra Feminina**. Rio de Janeiro: MAUAD X, 2008.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

REGINATO, Gisele Dotto. **As finalidades do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2019.

SARTOR, Basílio Alberto. **A noção de interesse público no jornalismo**. 2016. 252 f. Tese (Doutorado) - Curso de Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SARTOR, Basílio Alberto. A noção de interesse público no jornalismo: dimensões conceituais: dimensões conceituais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 16., 2018, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: SBPjor, 2018.

SEABRA, Roberto. Jornalismo Político: história e processo. In: SEABRA, Roberto; SOUSA, Vivaldo (org). **Jornalismo Político: Teoria, História e Técnicas**. Rio de Janeiro: Record, 2016.

SILVA, Luiz Martins. Jornalismo e interesse público. In: SEABRA, Roberto e SOUSA, Vivaldo (org). **Jornalismo Político: Teoria, História e Técnicas**. Rio de Janeiro: Record, 2016.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**. Lisboa: Quimera, 2002.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2005.

WEBER, Maria Helena. **Comunicação e espetáculos da política**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000.

WEBER, Maria Helena; COELHO, Marja Pfeifer. Entre jornalismo e poderes. In: SILVA, Gislene et al (org.). **Jornalismo Contemporâneo: figurações, impasses e perspectivas**. Brasília: Edufba/Compós, 2011.